

Depósito dos recursos na conta corrente do proponente	De acordo com a disponibilidade orçamentária
Apresentação do Relatório de Execução do Projeto para o SEDUCE	30 dias após o término do prazo de execução do projeto cultural

Ratificam-se os demais dispositivos constantes do Edital de Licitação, que segue disponível no endereço eletrônico: <http://www.seduc.go.gov.br/servicos/licitacao/> e <http://www.fundoculturalgoias.seduc.go.gov.br/>

Goiânia, 08 de novembro de 2016.
Tatiana Marcelli Faria
Gerente de Licitações, Contratos e Convênios

SECRETARIA DA FAZENDA

Processo: 199200022000578(201011129002049)
Nome: LAUDEMIRO MEDEIROS DA ROCHA (IDELCI ALVES DA ROCHA)
Assunto: Aposentadoria/Pensão

DESPACHO Nº 074 / 2016 – GSF – À vista das informações dos autos, em consideração aos termos da Lei nº 15.150/2005, alterada pela Lei nº 16.769/09 e com base na fundamentação jurídica preconizada no Parecer nº 15/2012-UNIC/GOIASPREV/SEFAZ, às fls. 96/99, acolhemos a Memória de Cálculo nº 4-2012, fls. 100, CONCEDEU PENSÃO, RETIFICAR, onde se lê: ILDECI ALVES DA ROCHA, feia-se: IDELCI ALVES DA ROCHA, inscrita no CPF nº 260.166.641-20, viúva, de LAUDEMIRO MEDEIROS DA ROCHA, participante da Lei nº 15.150/2005, no valor mensal de R\$ 1.137,06 (um mil, cento e setenta e sete reais e seis centavos), sendo que o pagamento retroagirá à data do óbito, que ocorreu em 07/10/2010, até sua extinção prevista na sobredita lei.

Retornem-se os presentes, à Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças para publicação, após ao Serviço de Publicações e Comunicações do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE, para as providências necessárias

Gabinete do Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, em Goiânia, aos ____ dias do mês de _____ de 2016.

ANA CARLA ABRÃO COSTA
Secretária de Estado da Fazenda

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2012

PROCESSO Nº 201600004026262 - de 17/05/2016
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Capul do Art. 25 e Art. 26 da lei Federal nº 8.666/1993
CONTRATANTE: ESTADO DE GOIÁS, através da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, representada por sua titular Ana Carla Abrão Costa.
CONTRATADA: ITAU UNIBANCO S/A (BANCO ITAU), CNPJ Nº 60.701.190/0001-04.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 033/2012, de prestação dos Serviços de Arrecadação de Tributos Estaduais, por intermédio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, e respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, pelo CONTRATADO, mantido o acréscimo definido no Primeiro Termo Aditivo.
TIPIFICAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores. Lei Estadual nº 17.928/2012, e nos casos omissos a Instrução Normativa nº 761/05-GSF.
VALOR TOTAL: R\$ 114.000,00 (cento e quarenta mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Verba Nº 2016.23.04.04.122.0000.7.014.03.3.3.90.39.43.00, do vigente orçamento estadual, conforme Nota de Empenho nº 00146, de 20/09/2016, no valor de R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais), emitida pela seção competente da Secretaria de Estado da Fazenda. Para o exercício seguinte, à conta de recurso orçamentário apropriado.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir de 16/10/2016.
DATA DA ASSINATURA: 10 de outubro de 2016.

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO DO QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS
EDITAL Nº 007 – SEGPLAN/SSP/PCGO, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO, tendo em vista o disposto na Constituição do Estado de Goiás, no Decreto Estadual nº 213, de 2 de setembro de 1970, na Lei Estadual nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, na Lei Estadual nº 14.275, de 25 de setembro de 2002, e suas alterações, na Lei Estadual nº 15.397, de 22 de setembro de 2005, e suas alterações, e na Lei Estadual nº 16.901, de 26 de janeiro de 2010, e suas alterações, torna pública a realização de concurso público para provimento de vagas no cargo de Delegado de Polícia Substituto do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado de Goiás (PCGO), para a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, mediante as condições estabelecidas neste edital.

- 1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
- 1.1 O concurso público será regido por este edital e executado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) e pela Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (Segplan), com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás, e visa ao provimento das vagas constantes do subitem 2.5 deste edital, não sendo mantido cadastro de reserva.
 - 1.2 O Cespe realizará o concurso utilizando o método Cespe de avaliação.
 - 1.3 A seleção para o cargo de que trata este edital compreenderá as seguintes fases:
 - a) provas objetivas, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cespe;
 - b) provas discursivas, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cespe;
 - c) avaliação médica, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cespe;
 - d) avaliação de aptidão física, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cespe;
 - e) exame psicotécnico, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cespe;
 - f) avaliação de vida progressiva e investigação social, de caráter eliminatório, de responsabilidade da PCGO;
 - g) curso de formação profissional, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade da PCGO e do Cespe;
 - 1.4 Avaliação de títulos, de caráter classificatório, de responsabilidade do Cespe.
 - 1.5 As fases do concurso e a perícia médica dos candidatos que se declararem com deficiência serão realizadas na cidade de Goiânia/GO, em datas conforme cronograma constante do Anexo I deste edital, admitidas eventuais modificações (antevisão) ou adiantada.
 - 1.6 Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados na cidade de realização das fases, estas poderão ser realizadas também em outras localidades circunvizinhas.
 - 1.7 Os candidatos nomeados estarão subordinados à Lei Estadual nº 10.460, de 1988 (Estatuto dos Servidores Efetivos do Estado de Goiás), e à Lei Estadual nº 16.901, de 2010 (Lei Orgânica da PCGO).
- 1.5 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**
- 1.5.1 Qualquer cidadão poderá impugnar fundamentadamente este edital ou suas eventuais alterações, por meio do endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, em link específico, das 9 horas do dia 10 de novembro de 2016 às 18 horas do dia 14 de novembro de 2016.
 - 1.5.2 Para requerer a impugnação, o impugnante deverá efetuar cadastro no endereço eletrônico do Cespe, caso não seja cadastrado.
 - 1.5.3 O impugnante deverá, necessariamente, indicar o item/subitem que será objeto de sua impugnação.
 - 1.5.4 Os pedidos de impugnação serão julgados pelo Cespe.
 - 1.5.5 Da decisão sobre a impugnação não cabe recurso administrativo.
 - 1.5.6 As respostas às impugnações serão disponibilizadas em um único arquivo no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, na data provável de 21 de novembro de 2016.

2 DO CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

- 2.1 REQUISITO: diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior de bacharelado em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).
- 2.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Instaurar e presidir, com exclusividade, inquéritos policiais, termos circunstanciados de ocorrência e outros procedimentos policiais legais para a apuração de infração penal ou ato infracional; exercer atribuições previstas na legislação processual penal de competência da autoridade policial; dirigir, coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades logísticas e finalísticas da unidade sob sua direção; determinar intimações e, em caso de não comparecimento injustificado, condução coercitiva; requisitar a realização de exames periciais e complementares, destinados a colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de infrações penais ou de quaisquer outros crimes que julgar imprescindíveis à elucidação do fato investigado; representar a autoridade judiciária competente pela decretação de prisões e medidas cautelares e pela concessão de mandados de busca e apreensão domiciliar; fazer realizar as diligências requisitadas pelo Juízo Penal ou pelo representante do Ministério Público; fazer cumprir mandados de prisão expedidos pela autoridade judiciária; conceder liberdade provisória mediante fiança, arbitrando-a nos termos da lei processual penal; adotar medidas necessárias ao controle da criminalidade; atender o público, encaminhando providências e determinando o registro de ocorrências policiais; orientar equipes subordinadas, visando à coordenação, ao controle e ao desenvolvimento técnico do trabalho policial; dirigir-se, quando possível, aos locais de crime, ou determinar quem o faça, providenciando para que não se alterem, enquanto necessário, o estado e a conservação das coisas, supervisionando todos os atos; cumprir e fazer cumprir as ordens, normas e instruções emanadas de superior hierárquico; fornecer a seus subordinados ordem de serviço, por escrito, das ações que a eles determinam.

- 2.3 SUBSÍDIO: R\$ 15.750,02.
- 2.4 JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais, na forma prevista na legislação.
- 2.4.1 O exercício do cargo exige a realização de viagens e a prestação de serviços fora do expediente e do local de trabalho.
- 2.5 VAGAS: 36 vagas, sendo 34 para ampla concorrência e 2 vagas reservadas para candidatos com deficiência.
- 2.6 LOTAÇÃO: os candidatos aprovados serão lotados no estado de Goiás, a critério da Administração Pública, de acordo com a localidade de maior necessidade e conveniência da PCGO.
- 3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO
- 3.1 Ser aprovado no concurso público.
- 3.2 Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal.
- 3.3 Estar em gozo dos direitos políticos.
- 3.4 Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.
- 3.5 Estar quite com as obrigações eleitorais.
- 3.6 Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme subitem 2.1 deste edital.
- 3.7 Ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse.
- 3.8 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada mediante inspeção médica oficial do estado de Goiás.
- 3.9 Apresentar prova de quitação com a Fazenda Pública e declaração sobre acumulação de cargos.
- 3.10 Cumprir as determinações deste edital.
- 3.11 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 4.1 Das vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, da Lei Estadual nº 14.715, de 4 de fevereiro de 2004, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, que regulam a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1988, e da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
- 4.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 4.1 deste edital resulte em número fracionado igual ou superior a 0,5, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
- 4.1.2 Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação, à avaliação médica, à avaliação de aptidão física, ao exame psicotécnico e a todas as demais normas de regência do concurso.

4.2 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá:

- a) no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência nos termos da Lei Estadual nº 14.715, de 2004, e estar ciente das atribuições do cargo e de que, no caso de vir a exercer-lo, será submetido à avaliação de desempenho para atestar, inclusive, a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo para fins de habilitação no estágio probatório;
- b) enviar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1 deste edital;
- 4.2.1 O candidato com deficiência deverá enviar, de forma legível, até as 18 horas do dia 12 de dezembro de 2016, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado cópia simples do CPF e original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico a que se refere a alínea "b" do subitem 4.2 deste edital. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração.
- 4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cespe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, origem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.
- 4.2.3 O candidato deverá manter sob seus cuidados a documentação a que se refere a alínea "b" do subitem 4.2 deste edital. Caso seja solicitado pelo Cespe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.
- 4.2.4 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este concurso público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

4.3 O candidato com deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização dessas, conforme previsto no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 3.298, de 1999, e suas alterações.

4.4 A relação provisória dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, na data provável de 13 de janeiro de 2017

4.4.1 O candidato poderá interpor recurso e verificar, por meio de link específico disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, qual(is) pendência(s) resultou(ram) no indeferimento de sua solicitação para concorrer na condição de pessoa com deficiência, em data e em horários a serem informados na ocasião da divulgação da relação provisória dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência.

4.4.1.1 A documentação pendente a que se refere o subitem 4.4.1 deste edital deverá ser enviada, de forma legível, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF), conforme procedimentos disciplinados na respectiva relação provisória.

4.5 A observância do disposto no subitem 4.2 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência e o não atendimento às condições especiais necessárias a que se refere o subitem 5.4.9 deste edital.

4.6 DA PERÍCIA MÉDICA DOS CANDIDATOS QUE SE DECLARAM COM DEFICIÊNCIA

4.6.1 Os candidatos que se declararem com deficiência considerados aptos no exame psicotécnico serão convocados para se submeterem a perícia médica oficial promovida por equipe multiprofissional de responsabilidade do Cespe, formada por seis profissionais, que analisará a qualificação dos candidatos como pessoas com deficiência, nos termos do art. 5º e do art. 8º da Lei Estadual nº 14.715, de 2004, do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, do artigo 43 do Decreto nº 3.298, de 1999, e suas alterações, do § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e da Súmula nº 377 do STJ.

4.6.2 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica com uma hora de antecedência, munidos de documento de identidade original e de laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto nº 3.298, de 1999, e suas alterações, bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo constante do Anexo II deste edital, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência física.

4.6.3 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) será retido pelo Cespe por ocasião da realização da perícia médica.

4.6.4 Quando se tratar de deficiência auditiva, o candidato deverá apresentar, além do laudo médico, exame audiométrico (audiograma) (original ou cópia autenticada em cartório), realizado nos últimos 12 meses.

4.6.5 Quando se tratar de deficiência visual, o laudo médico deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da mediana do campo visual em ambos os olhos.

4.6.6 Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que, por ocasião da perícia médica, não apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), que apresente laudo que não tenha sido emitido nos últimos 12 meses ou deixar de cumprir as exigências de que trata o subitem 4.6.4 e 4.6.5 deste edital, bem como a que não for considerado pessoa com deficiência na perícia médica ou, ainda, que não comparecer à perícia.

4.6.7 O candidato que não for considerado com deficiência na perícia médica, caso seja aprovado no concurso, figurará na lista de classificação geral. Caso tenha nota para tanto.

4.6.8 A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada durante o estágio probatório, na forma estabelecida no § 2º do artigo 43 do Decreto nº 3.298, de 1999, e suas alterações.

4.6.9 O candidato com deficiência que, no decorrer do estágio probatório, apresentar incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.

4.7 O candidato que, no ato da inscrição, se declarar com deficiência, se for considerado pessoa com deficiência na perícia médica e não for eliminado do concurso, terá seu nome publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral.

4.8 As vagas definidas no subitem 4.1 deste edital que não forem providas por falta de candidatos com deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

4.9 Ao ser admitido como pessoa com deficiência não se concederão quaisquer vantagens, direitos ou benefícios em razão da deficiência existente à época da admissão.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

5.1 TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 200,00.

5.2 Será admitida a inscrição somente via internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado solicitada no período entre 10 horas do dia 22 de novembro de 2016 e 18 horas do dia 12 de dezembro de 2016 (horário oficial de Brasília/DF).

5.2.1 O Cespe não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.2.1.1 O candidato deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição.

5.2.2 O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare).

5.2.3 O Dare estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado e deverá ser, imediatamente, impresso, para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição online.

5.2.3.1 O candidato poderá reimprimir o Dare pela página de acompanhamento do concurso

5.2.4 O Dare pode ser pago em qualquer banco, bem como nas casas lotéricas e nos Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

5.2.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 5 de janeiro de 2017.

5.2.6 As inscrições efetuadas somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento ou do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

5.2.7 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, por meio de página de acompanhamento, após a aceitação da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.3 A relação provisória dos candidatos que tiveram a sua inscrição deferida será divulgada na internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, na data provável de 13 de janeiro de 2017.

5.3.1 O candidato que desejar interpor recurso contra a relação provisória dos candidatos que tiveram a sua inscrição deferida disporá do período das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF) para fazê-lo, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Uma vez efetuada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

5.4.1.1 Para o candidato, isento ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetuada, sendo entendida como efetuada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será considerada a última inscrição efetuada no sistema do Cespe.

5.4.1.2 Os candidatos servidores públicos do estado de Goiás, no momento da inscrição, para fins de desempate na nota final no concurso definido pelo art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 10.460, de 1988, deverão informar a sua matrícula funcional.

5.4.2 Vedada a inscrição condicional, a temporária, bem como a realizada via postal, via fax, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

5.4.3 Vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou para outro cargo.

5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número do CPF do candidato.

5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Cespe do direito de excluir do concurso público aquele que não preencher a solicitação de forma completa, correta e verdadeira.

5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

5.4.7 O comprovante de inscrição ou o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas objetivas e da prova discursiva.

5.4.8 DOS PROCEDIMENTOS PARA O PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

5.4.8.1 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008.

5.4.8.2 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

- a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e
- b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

5.4.8.3 A isenção deverá ser solicitada da seguinte forma:

- a) por meio de requerimento do candidato, disponível no aplicativo de inscrição, a ser preenchido no período entre 10 horas do dia 22 de novembro de 2016 e 18 horas do dia 12 de dezembro de 2016 (horário oficial de Brasília/DF), no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, contendo a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico, e declaração eletrônica de que atende à condição estabelecida na letra "b" do subitem 5.4.8.2 deste edital; e
- b) envio da declaração constante do Anexo III deste edital, legível, devidamente preenchida (com nome, CPF e data) e assinada, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, no período entre 10 horas do dia 22 de novembro de 2016 e 18 horas do dia 12 de dezembro de 2016 (horário oficial de Brasília/DF).

5.4.8.3.1 O candidato que não enviar a declaração por meio do link a que se refere o subitem anterior ou que enviar a declaração incompleta, ou seja, sem o nome, sem o CPF, sem a data e sem assinatura, terá o seu pedido de isenção indeferido.

5.4.8.3.2 A solicitação realizada após o período constante da alínea "a" do subitem 5.4.8.3 deste edital será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública.

5.4.8.3.3 O candidato deverá manter sob seus cuidados a documentação constante da alínea "b" do subitem 5.4.8.3 deste edital.

5.4.8.3.4 Caso seja solicitada pelo Cespe, o candidato deverá enviar a referida declaração por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

5.4.8.4 O Cespe consultará o órgão gestor do CadÚnico para confirmar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

5.4.8.5 A veracidade das informações prestadas no requerimento de isenção será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarretará eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

5.4.8.6 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

- a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) fraudar (ou) falsificar documentação;
- c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 5.4.8.3 deste edital.

5.4.8.7 Não será aceito pedido de isenção de taxa de inscrição via postal, via fax, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

5.4.8.8 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo Cespe.

5.4.8.9 A relação provisória dos candidatos que tiveram o seu pedido de isenção deferido será divulgada na data provável de 19 de dezembro de 2016, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado.

5.4.8.9.1 O candidato poderá interpor recurso e verificar, por meio de link específico disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, qual(is) pendência(s) resultou(ram) no indeferimento de seu pedido de isenção de taxa, em data e em horários a serem informados na ocasião da divulgação da relação provisória dos candidatos que tiveram o seu pedido de isenção de taxa deferido.

5.4.8.9.1.1 A documentação pendente a que se refere o subitem 5.4.8.9.1 deste edital poderá ser enviada, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF), conforme procedimentos disciplinados na respectiva relação provisória.

5.4.8.10 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição no prazo estabelecido no subitem 5.2.5 deste edital sob pena de ser automaticamente excluído do concurso público.

5.4.9 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

5.4.9.1 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá, conforme prazos descritos no subitem 5.4.9.7 deste edital:

- a) indicá-lo no momento da inscrição, apontando/descrevendo os recursos especiais necessários;
- b) enviar, via upload, a imagem do CPF; e
- c) enviar, via upload, a imagem do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, que deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que justifique o atendimento especial solicitado, bem como conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

5.4.9.2 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá, conforme prazos descritos no subitem 5.4.9.7 deste edital

- a) fazer a opção na solicitação de inscrição;
- b) enviar, via upload, imagem do CPF;
- c) enviar, via upload, imagem do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, com a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM) e parecer que ateste a espécie e o grau, ou nível, da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência, conforme se desprende da interpretação sistemática do inciso IV do art. 3º do Decreto nº 3.298, de 1999, e suas alterações, e justifique a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o § 2º do artigo 40 do Decreto nº 3.298, de 1999, e suas alterações.

5.4.9.3 A candidato que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá, conforme prazos descritos no subitem 5.4.9.7 deste edital:

- a) fazer a opção na solicitação de inscrição; e
- b) enviar, via upload, a imagem da certidão de nascimento da criança (caso a criança ainda não tenha nascido até a data estabelecida no subitem 5.4.9.7 deste edital, a cópia da certidão de nascimento poderá ser substituída por documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento).



5.4.9.3.1 A candidata deverá levar, no dia de realização das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

5.4.9.3.1.1 O Cebraspe não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

5.4.9.4 O candidato transgênero que desejar ser tratado pelo nome social durante a realização das provas deverá, conforme prazos descritos no subitem 5.4.9.7 deste edital:

a) fazer a opção na solicitação de inscrição, informando o nome pelo qual deseja ser tratado; e
b) enviar, via upload, imagem do CPF e do documento de identidade.

5.4.9.4.1 As publicações referentes aos candidatos transgêneros serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.

5.4.9.5 O candidato que for amparado pela Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e suas alterações, e necessitar realizar a prova armado deverá, conforme prazos descritos no subitem 5.4.9.7 deste edital:

a) fazer a opção na solicitação de inscrição; e
b) enviar, via upload, a imagem do Certificado de Registro de Arma de Fogo ou Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei.

5.4.9.5.1 Os candidatos que não forem amparados pela Lei nº 10.826, de 2003, não poderão portar armas no ambiente de provas.

5.4.9.6 O candidato que, por motivo de doença ou por limitação física, necessitar utilizar, durante a realização das provas, objetos, dispositivos ou próteses cujo uso não esteja expressamente previsto/permitido neste edital, deverá, conforme prazos descritos no subitem 5.4.9.7 deste edital:

a) fazer a opção solicitação de atendimento especial, no link de inscrição, no campo "Outros";
b) enviar, via upload, a imagem do CPF e a respectivo laudo médico que indique e justifique o atendimento solicitado.

5.4.9.7 A documentação citada nos subitens 5.4.9.1, 5.4.9.2, 5.4.9.3, 5.4.9.4, 5.4.9.5 e 5.4.9.6 deste edital deverá ser enviada até as 18 horas do dia 12 de dezembro de 2016 (via upload) por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior.

5.4.9.7.1 O fornecimento da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato.

5.4.9.7.2 O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio, assim como não serão devolvidos e/ou fornecidas cópias desses documentos, que valerão somente para este processo.

5.4.9.7.3 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação a que se refere o subitem 5.4.9.7 deste edital. Caso seja solicitada pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

5.4.9.8 O candidato que não solicitar atendimento especial no aplicativo de inscrição e não especificar quais os recursos serão necessários para tal atendimento terá a solicitação de atendimento especial indeferida, ainda que faça o envio, via upload, da documentação prevista nas alíneas "b" e "c" do subitem 5.4.9.1 deste edital.

5.4.9.9 Na solicitação de atendimento especial que envolva utilização de recursos tecnológicos, caso ocorra eventual falha desses recursos no dia de aplicação das provas, poderá ser disponibilizado atendimento equivalente, observadas as condições de viabilidade.

5.4.9.10 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.4.9.11 A relação provisória dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, na data provável de 13 de janeiro de 2017.

5.4.9.11.1 O candidato deverá interpor recurso e verificar, por meio de link específico disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, qual(is) pendente(s) resultou(aram) no indeferimento de sua solicitação de atendimento especial para o dia de realização das provas, em data e em horário a serem informados na ocasião da divulgação da relação provisória dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido.

5.4.9.11.2 A documentação pendente a que se refere o subitem 5.4.9.11.1 deste edital poderá ser enviada, de forma legível, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado.

5.4.9.12 O candidato que não solicitar atendimento especial no aplicativo de inscrição e não especificar quais recursos serão necessários a tal atendimento não terá direito ao referido atendimento no dia de realização das provas. Apenas o envio do laudo/documento não é suficiente para o candidato ter sua solicitação de atendimento deferida.

6 DAS FASES DO CONCURSO

6.1 As fases do concurso estão descritas no quadro a seguir.

Prova/tipo	Área de conhecimento	Nº de questões	Caráter
(P) Objetiva	Conhecimentos Básicos	15	Eliminatório
(P) Objetiva	Conhecimentos Específicos	85	
(P) Discursiva	Grupo I: Direito Penal e Direito Processual Penal	10	
(P) Discursiva	Grupo II: Direito Administrativo e Direito Constitucional	10	Eliminatório e classificatório
(P) Discursiva	Grupo III: Direito Civil		
(P) Avaliação médica			Eliminatório
(P) Avaliação de aptidão física			Eliminatório
(P) Exame psicotécnico			Eliminatório
(P) Avaliação de vida pregressa e investigação social			Eliminatório
(P) Curso de formação profissional			Eliminatório e classificatório
(P) Avaliação de títulos			Classificatório

7 DAS PROVAS OBJETIVAS

7.1 As provas objetivas terão a duração de 4 horas e 30 minutos e serão aplicadas na data provável de 5 de fevereiro de 2017, no turno da tarde.

7.2 Na data provável de 27 de janeiro de 2017, será divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, edital que informará a disponibilização da consulta aos locais e aos horários de realização das provas.

7.2.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, acessar o endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado para verificar seu local de provas, por meio de busca individual, devendo, para tanto, informar os dados solicitados.

7.2.2 O candidato somente poderá realizar as provas no local designado pelo Cebraspe.

7.2.3 Serão de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

7.2.4 O Cebraspe poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico, o que não o desobriga do dever de observar o disposto no subitem 7.2 deste edital.

7.3 As provas objetivas, de caráter eliminatório, consistirão de 100 questões, valerão 100,00 pontos e abrangerão os objetos de avaliação constantes do item 19 deste edital.

7.4 As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A, B, C, D e E), sendo uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão, cinco campos de marcação: um campo para cada uma das cinco opções A, B, C, D e E, sendo que o candidato deverá preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.

7.5 O candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes das marcações indevidas.

7.6 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas por motivo de erro do candidato.

7.7 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

7.8 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.

7.9 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

7.10 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do Cebraspe devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.

7.11 Serão anuladas as provas objetivas do candidato que não devolver a sua folha de respostas.

7.12 O Cebraspe disponibilizará o link de consulta da imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram as provas objetivas, exceto a dos candidatos eliminados na forma dos subitens 18.21, 18.23 e 18.26 deste edital, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, em até cinco dias úteis a partir da data de divulgação do resultado final nas provas objetivas. A consulta à referida imagem ficará disponível por até 60 dias corridos da data de publicação do resultado final no concurso público.

7.12.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

7.13 O resultado final nas provas objetivas e a convocação para as provas discursivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, na data provável de 2 de março de 2017.

7.14 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

7.14.1 Todas as folhas de respostas das provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

7.14.2 A nota em cada questão das provas objetivas, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas; 0,25 ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo das provas; 0,00, caso não haja marcação ou haja mais de uma marcação.

7.14.3 O cálculo da nota em cada prova objetiva, comum às provas de todos os candidatos, será igual à soma das notas obtidas em todas as questões que a compõem.

7.14.4 Será reprovado nas provas objetivas e eliminado do concurso público o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:

a) obtiver nota inferior a 3,00 pontos na prova objetiva de Conhecimentos Básicos P₁;
b) obtiver nota inferior a 25,00 pontos na prova objetiva de Conhecimentos Específicos P₂;
c) obtiver nota inferior a 30,00 pontos no conjunto das provas objetivas.

7.14.5 O candidato eliminado na forma do subitem 7.14.4 deste edital não terá classificação alguma no concurso público.

7.14.6 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.14.4 serão listados em ordem alfabética e serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final nas provas objetivas (NFPO), que será a soma das notas obtidas nas provas objetivas P₁ e P₂.

7.15 DOS RECURSOS CONTRA OS GABARITOS OFICIAIS PRELIMINARES DAS PROVAS OBJETIVAS

7.15.1 Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, a partir das 19 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de 6 de fevereiro de 2017.

7.15.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF) para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, ininterruptamente.

7.15.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, e seguir as instruções ali contidas.

7.15.4 Todas as respostas serão analisadas e as justificativas das alterações/anulações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

7.15.5 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

7.15.6 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique seu autor, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

7.15.7 Se do exame de recursos resultar anulação de questão integrante de prova, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.15.8 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.15.9 Não será aceito recurso via postal, via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

7.15.10 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

7.15.11 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

8 DAS PROVAS DISCURSIVAS

8.1 A prova discursiva P₁ terá a duração de 4 horas e 30 minutos e será aplicada na data provável de 12 de março de 2017, no turno da manhã.

8.2 A prova discursiva P₂ terá a duração de 4 horas e 30 minutos e será aplicada na data provável de 12 de março de 2017, no turno da tarde.

8.3 As provas discursivas, de caráter eliminatório e classificatório, valerão 200,00 pontos e consistirão de:
a) prova discursiva P₁: 10 questões, no valor de 10,00 pontos cada, totalizando 100,00 pontos, a serem respondidas em até 15 linhas cada, sendo oito questões de disciplinas que compõem o grupo I e duas questões acerca das disciplinas que compõem o grupo III, conforme especificado no subitem 6.1 deste edital;

b) prova discursiva P₂: 10 questões, no valor de 10,00 pontos cada, totalizando 100,00 pontos, a serem respondidas em até 15 linhas cada, sendo oito questões acerca das disciplinas que compõem o grupo II e duas questões acerca das disciplinas que compõem o grupo III, conforme especificado no subitem 6.1 deste edital.

8.4 As provas discursivas serão avaliadas e pontuadas segundo os critérios estabelecidos no subitem 8.9 deste edital.

8.5 Os textos definitivos das provas discursivas deverão ser manuscritos, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas quanto a esse aspecto. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do Cebraspe devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

8.6 Os cadernos de texto definitivo das provas discursivas não poderão ser assinados, rubricados ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação das provas discursivas. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação das provas discursivas.

8.7 Os cadernos de texto definitivo serão os únicos documentos válidos para avaliação das provas discursivas. As folhas para rascunho de cada prova são de preenchimento facultativo e não são válidas para a avaliação das provas discursivas.

8.8 Os cadernos de texto definitivo não serão substituídos por motivo de erro do candidato no preenchimento destes.

8.9 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS DISCURSIVAS

8.9.1 Respeitados os empates na última colocação, serão convocados para as provas discursivas os candidatos aprovados nas provas objetivas e classificados conforme quadro a seguir:

Ampla concorrência	Candidatos com deficiência	Total de convocados
136	8	144

8.9.1.1 Não havendo candidatos que se declararam pessoas com deficiência aprovados nas provas objetivas em número suficiente para preencher a totalidade do quantitativo especificado no subitem 8.9.1 deste edital, serão convocados os demais candidatos da listagem geral de aprovados e classificados nas provas objetivas, até o limite total de convocados estabelecido no quadro do subitem anterior, respeitados os empates na última colocação.

8.9.1.2 O candidato que não for convocado para as provas discursivas na forma dos subitens anteriores estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

8.9.2 As provas discursivas avaliarão o conteúdo – conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, com base em temas formulados pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.

8.9.2.1 As provas discursivas de cada candidato serão submetidas a avaliação de conteúdo e do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

8.9.3 As questões das provas discursivas P₁ e P₂ valerão 10,00 pontos cada, totalizando 100,00 pontos para cada prova, sendo avaliadas conforme os seguintes critérios:

a) a apresentação e a estrutura textual e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 10,00 pontos, onde $i = 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10$;

b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos de natureza gramatical tais como: ortografia, morfossintaxe e propriedade vocabular;

c) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida no subitem 8.3 deste edital;

d) será calculada, então, para cada questão, a nota no texto (NT) pela fórmula: $NT = NC - (NE/TL)$, em que T₁ corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato na resposta à questão proposta;

e) será atribuída nota zero ao texto que obtiver NT < 0,00;

f) nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero;

g) a nota em cada prova discursiva será igual à soma das notas obtidas em cada uma das questões que a compõe.

8.9.3.1 A nota final nas provas discursivas (NFDP) será a soma das notas obtidas na prova discursiva P₁ e na prova discursiva P₂, calculada pela fórmula: $NFDP = NP_1 + NP_2$.

8.9.3.2 Será aprovado o candidato que obtiver NFDP ≥ 50,00 pontos em cada uma das provas discursivas.

8.9.3.2.1 O candidato que não se enquadrar no subitem 8.9.3.2 deste edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

8.9.4 Será anulada a prova discursiva do candidato que não devolver seu caderno de texto definitivo.

8.9.4.1 O candidato que se enquadrar no subitem 8.9.4 deste edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

8.10 DOS RECURSOS CONTRA O PADRÃO PRELIMINAR DE RESPOSTA E CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NA PROVA DISCURSIVA

8.10.1 O padrão preliminar de resposta da prova discursiva será divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, a partir das 19 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de 14 de março de 2017.

8.10.2 O candidato que desejar interpor recursos contra o padrão preliminar de resposta da prova discursiva disporá do período das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF) para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação do padrão, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pc_go_16_delegado, e seguir as instruções ali contidas.

8.10.3 Se houver alteração, por força de impugnações, do padrão preliminar de resposta da prova discursiva, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.10.4 Após o julgamento dos recursos interpostos contra o padrão preliminar de resposta da prova discursiva, será definido o padrão definitivo e divulgado o resultado provisório na prova discursiva.

8.10.5 No recurso contra o resultado provisório na prova discursiva, é vedado ao candidato novamente impugnar em tese o padrão de resposta, estando limitado à correção de sua resposta de acordo com o padrão definitivo.

8.10.6 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado provisório nas provas discursivas disporá do período das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF) para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

9 DA AVALIAÇÃO MÉDICA

9.1 Respeitados os empates na última colocação, serão convocados para a avaliação médica, de caráter eliminatório, os candidatos aprovados e classificados nas provas discursivas conforme o quadro a seguir:

Ampla concorrência	Candidatos com deficiência	Total de convocados
51	3	54

9.1.1 Não havendo candidatos que se declararam pessoas com deficiência aprovados nas provas discursivas em número suficiente para preencher a totalidade do quantitativo especificado no subitem 9.1 deste edital, serão convocados os demais candidatos da listagem geral de aprovados e classificados nas provas discursivas, até o limite total de convocados estabelecido no quadro do subitem anterior, respeitados os empates na última colocação.

9.1.2 Os candidatos não convocados para a avaliação médica na forma dos subitens anteriores serão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

9.2 A avaliação médica terá caráter eliminatório e o candidato será considerado apto ou inapto.

9.3 A avaliação médica objetiva aferir se o candidato goza de boa saúde física e psíquica para suportar as exigências a que será submetido durante o curso de formação profissional e para desempenhar as tarefas típicas da categoria funcional.

9.4 A avaliação médica estará sob a responsabilidade de junta médica designada pelo Cebraspe.

9.5 A avaliação médica compreenderá a apresentação de exames laboratoriais e complementares, cuja relação consta do subitem 9.14 deste edital.

9.5.1 Serão aceitos exames laboratoriais e complementares realizados, no máximo, nos 180 dias anteriores à data de entrega dos exames.

9.6 O candidato submetido à avaliação médica deverá apresentar à junta médica os exames laboratoriais e complementares, previstos no subitem 9.14 deste edital. A junta médica poderá solicitar, ainda, a realização de outros exames laboratoriais e complementares, para fins de elucidação diagnóstica.

9.7 O candidato deverá providenciar, às suas expensas, os exames laboratoriais e complementares necessários.

9.7.1 Não serão fornecidas pelo Cebraspe cópias dos exames apresentados.

9.8 Em todos os exames laboratoriais e complementares, além do nome do candidato, deverão constar obrigatoriamente, a assinatura, a especialidade e o número do registro no órgão de classe específico do profissional responsável, sendo motivo de inautenticidade destes a inobservância ou a omissão do referido número.

9.9 Os exames laboratoriais e complementares apresentados serão avaliados pela junta médica, em complementação à avaliação médica.

9.10 A partir da análise da avaliação médica e da avaliação dos exames laboratoriais e complementares entregues, o candidato será considerado apto ou inapto.

9.11 A junta médica, após a análise da avaliação médica e dos exames laboratoriais e complementares dos candidatos, emitirá parecer conclusivo da aptidão ou inaptidão de cada um.

9.12 A junta médica poderá solicitar, ainda, antes da divulgação do resultado provisório da avaliação médica, a entrega de exames faltantes, de exames que tenham sido entregues com algum tipo de erro, vício ou de forma incompleta.

9.12.1 A junta médica poderá solicitar, na fase de recurso, para fins de elucidação diagnóstica, a entrega de outros exames laboratoriais e de diagnóstico médico especializado além dos previstos no subitem 9.14 deste edital.

9.12.2 Na fase de recurso, apenas serão aceitos exames laboratoriais e complementares aos previstos no subitem 9.14 deste edital que forem solicitados pela junta médica, não sendo possível, neste momento, a entrega de exames laboratoriais e complementares previstos no subitem 9.14 deste edital.

9.13 Será eliminado do concurso público o candidato considerado inapto na avaliação médica.

9.14 Durante a avaliação médica, realizada por junta médica do Cebraspe, deverão ser apresentados pelos candidatos os seguintes exames médicos (todos com laudos conclusivos) e avaliações médicas especializadas:

I – sangue: hemograma completo (com contagem de plaquetas), glicemia de jejum, ureia, creatinina, ácido úrico, colesterol (total e frações – LDL, HDL e VLDL), triglicérides, gama-GT, fosfatase alcalina, transaminases (TGO e TGP), bilirrubinas (total e frações – direta e indireta), sorologia para doença de Chagas, VDRL (ou sorologia para sífilis), perfil sorológico para hepatite B (incluindo obrigatoriamente: HBsAg, HBeAg, Anti HBe, Anti HBe, Anti HBe, Anti HBe), sorologia para Hepatite C (Anti HCV) e tipagem sanguínea (grupo ABO e fator Rh).

II – urina: Elementos Anormais e Sedimento (EAS);
III – fezes: Exame Parasitológico de Fezes (EPF);
IV – antídotos: exame com janela de detecção mínima de 90 dias realizado por meio de amostra de queratina para detecção de:

a) maconha;
b) metabólitos do delta-9-THC;
c) cocaína;

d) anfetaminas (inclusive metabólitos e seus derivados);
e) opiáceos;

IV.1 ao inscrever-se no certame, o candidato autoriza a coleta de material para realização de outros exames antidrogas, a qualquer tempo, no interesse da Segplan;

V – neurológico:
a) laudo descritivo e conclusivo de consulta médica realizada por médico especialista (neurologista), que deve adicionar e obrigatoriamente citar o resultado



f) infecções e processos inflamatórios crônicos, ressalvadas as conjuntivites agudas e hordéolo;

g) úlceras, tumores, exceto o cisto benigno palpebral;

h) distrofias e opacidades corneanas;

i) sequelas de traumatismos e queimaduras;

j) doenças congênicas e adquiridas, incluindo desvios dos eixos visuais (desvio superior a 10 dioptrias prismáticas);

k) ceratocone;

l) lesões retinianas, retinopatia diabética;

m) doenças neurológicas ou musculares;

IV – boca, nariz, laringe, faringe, traquéia e esôfago:

a) anomalias estruturais congênicas ou não, com repercussão funcional;

b) desvio acentuado de septo nasal, quando associado à repercussão funcional;

c) mutilações, tumores, atresias e retrações;

d) fistulas congênicas ou adquiridas;

e) infecções crônicas ou recidivantes;

f) deficiências funcionais na mastigação, respiração, fonação e deglutição;

V – pele e tecido celular subcutâneo:

a) infecções bacterianas ou micóticas crônicas ou recidivantes;

b) micoses profundas;

c) parasitoses cutâneas extensas;

d) eczemas alérgicos cronicados ou infectados;

e) expressões cutâneas das doenças autoimunes;

f) úlceras, edemas ou cicatrizes deformantes que poderão vir a comprometer a capacidade funcional de qualquer segmento do corpo;

g) hanseníase;

h) psoríase grave com repercussão sistêmica;

i) eritrodermia;

j) púrpura;

k) pénfigo: em todas as suas formas de expressão clínica;

l) úlcera decorrente de: estase, anemia, microangiopatia, arteriosclerose e neurotrofia;

m) collagenose – lúpus eritematoso sistêmico, dermatomiosite, esclerodermia;

n) paniculite nodular – entema nodoso;

o) neoplasia maligna;

VI – sistema pulmonar:

a) doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC);

b) tuberculose ativa pulmonar e em qualquer outro órgão;

c) sarcoidose;

d) pneumoconiose;

e) tumores malignos do pulmão ou pleura;

f) o exame de radiografia de tórax deverá ser normal, contendo a avaliação da área cardíaca, não são consideradas incapacitantes as alterações de pouca significância e/ou aquelas desprovidas de potencialidade morbida e não associadas a comprometimento funcional;

VII – sistema cardiovascular:

a) doença coronariana;

b) miocardiopatias;

c) hipertensão arterial sistêmica, não controlada ou com sinais de repercussões em órgão-alvo;

d) hipertensão pulmonar;

e) cardiopatia congênita, ressalvadas: a comunicação interatrial (CIA), a comunicação interventricular (CIV) e a persistência do canal arterial (PCA) – desde que tenham sido corrigidas cirurgicamente, além da presença de valva aórtica bicúspide, desde que não esteja associada a repercussão funcional;

f) valvulopatia adquirida, ressalvado o prolapso de valva mitral que não esteja associado a repercussão funcional;

g) pericardite crônica;

h) arritmia cardíaca complexa e/ou avançada;

i) infarto miocárdico;

j) fístula arteriovenosa;

k) angiodisplasia;

l) arteriopatia oclusiva crônica – arteriosclerose ocliterante, tromboangiite obliterante, arterites; arteriopatia não oclusiva – aneurismas, mesmo após correção cirúrgica;

m) arteriopatia funcional – doença de Raynaud, acrocianose, distrofia simpático-reflexa;

n) síndrome do desfiladeiro torácico;

VIII – abdome e trato intestinal:

a) hérnia da parede abdominal com protrusão do saco herniário à inspeção ou palpação;

b) visceromegalias;

c) formas graves de esquistossomose e de outras parasitoses (como por exemplo: doença de Chagas, Calazar, malária, amebíase extraintestinal);

d) história de cirurgia significativa ou ressecção importante [quando presente o candidato deve apresentar relatório cirúrgico, contendo obrigatoriamente: o motivo do procedimento cirúrgico, relatório descritivo do ato operatório, além de resultados de exames histopatológicos realizados – quando for o caso];

e) doenças hepáticas e pancreáticas;

f) lesões do trato gastrointestinal ou distúrbios funcionais, desde que significativos;

g) tumores malignos;

h) doenças inflamatórias intestinais;

i) obesidade mórbida;

IX – aparelho gênito-urinário:

a) anomalias congênicas ou adquiridas da genitália, rins e vias urinárias, associadas a repercussões funcionais;

b) uropatia obstrutiva crônica;

c) prostatite crônica;

d) rim policístico;

e) insuficiência renal de qualquer grau;

f) nefrite intersticial;

g) glomerulonefrite;

h) sífilis secundária latente ou terciária;

i) varicocele e/ou hidrocele em fase de indicação cirúrgica;

j) orquite e epididimite crônica;

k) criptorquidia;

l) urina: sedimentoscopia e elementos anormais mostrando presença de: cilindros, proteinúria (+), hematuria (++), glicosúria [correlaciona com glicemia de jejum], atentando-se o fato de que a presença de proteinúria e/ou hematuria em candidatas do gênero feminino pode representar variante da normalidade, quando associadas ao período menstrual;

X – aparelho locomotor:

X.1 – doenças osteomarticulares:

a) sequela ou formas crônicas de doença infecciosa óssea e articular (osteomielite e artrite séptica);

b) alteração óssea que comprometa a força e a estabilidade dos membros superiores e inferiores;

c) fratura visivelmente consolidada, pseudoartrose;

d) doença inflamatória e degenerativa osteoarticular, incluindo as necroses avasculares em quaisquer ossos e as osteocondrites e suas sequelas;

e) contraturas musculares crônicas, contratura de Dupuytren;

f) tumor ósseo e muscular;

g) distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho ou lesões por esforço repetitivo, incluindo tendinopatias em membros superiores e inferiores;

h) deformidades congênicas ou adquiridas das mãos, associadas à repercussão funcional;

i) deformidades congênicas ou adquiridas dos pés (pé cavo-varo, pé plano rígido, hálux-valgo, hálux-varo, hálux-rígido, seqüela do pé torto congênito, dedos em garra com calosidade ou não, calosidade aquilena, dedo extranumerário, coalizões tarsais);

j) ausência parcial ou total, congênita ou traumática de qualquer segmento das extremidades;

k) doenças ou anomalias dos ossos e articulações, congênicas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásticas e traumáticas; casos duvidosos deverão ser esclarecidos por Perícia Médica Oficial;

X.2 – coluna vertebral:

a) espondilólise, com ou sem espondilolistese;

b) hemivértebra, barras ósseas vertebrais, caracterizando escoliose congênita, mesmo que compensada;

c) tumores vertebrais (benignos e malignos);

d) discopatia, laminectomia, passado de cirurgia de hérnia discal, pinçamento discal dos segmentos cervical e lombossacro; presença de material de síntese seja para tratamento de fraturas da coluna ou doenças da vértebra ou do disco intervertebral;

e) quaisquer desvios da coluna vertebral no plano frontal caracterizando escoliose, presente nas radiografias em posição ortostática e em decúbito;

f) lordose acentuada em coluna lombossacra, associada com ângulo de Ferguson maior do que 45° (medurado em radiografia digital em posição ortostática e paciente decalço);

g) hiperlordose torácica associada a ângulo de Cobb maior do que 40° e com acunhamento maior do que 5° em pelo menos três corpos vertebrais consecutivos;

X.3 – articulações:

a) presença de artrose ou artrodese em qualquer articulação;

b) próteses articulares de quaisquer espécies;

c) luxação recidivante em qualquer articulação, inclusive ombros; frouxidão ligamentar generalizada (ou não); instabilidades em qualquer articulação;

d) alteração de eixo que comprometa a força e a estabilidade das articulações;

e) genu recurvatum com ângulo maior do que 5° na posição neutra mensurado na radiografia digital em projeção lateral na posição ortostática;

f) genu varum que apresente distância bicondilar maior do que 5 cm na medida clínica; nas radiografias digitais realizadas em posição ortostática com carga, ângulo dialisário maior do que 5°, com tolerância de mais ou menos 3°, no gênero masculino, no eixo anatômico;

g) genu valgum que apresente distância bimateolar maior do que 7 cm, na medida clínica, nas radiografias digitais realizadas em posição ortostática com carga, ângulo dialisário até 5°, no gênero masculino, no eixo anatômico;

h) discrepância no comprimento dos membros inferiores observada ao exame clínico, com encurtamento de um dos membros superior a 20 mm (2,0 cm), o que deve ser confirmado mediante exame de escanometria digital dos membros inferiores;

i) qualquer diminuição da amplitude do movimento em qualquer articulação dos membros superiores e inferiores, da coluna vertebral ou pelve;

XI – doenças metabólicas e endócrinas:

a) diabetes mellitus;

b) tumores hipotálamicos e hipofisários;

c) disfunção hipofisária e tireoideana sintomática;

d) tumores da tireoide, com exceção dos cistos tireoideanos insignificantes e desprovidos de potencialidade morbida;

e) tumores de suprarenal e suas disfunções congênicas ou adquiridas;

f) hipogonadismo primário ou secundário;

g) distúrbios do metabolismo do cálcio e fósforo, de origem endócrina;

h) erros inatos do metabolismo;

i) desenvolvimento anormal, em desacordo com a idade cronológica;

j) doença metabólica;

XII – sangue e órgãos hematopoiéticos:

a) anemias, exceto as de etiologia carencial;

b) doença linfoproliferativa maligna – leucemia, linfoma;

c) doença mieloproliferativa – mieloma múltiplo, leucemia, policitemia vera;

d) hipersplenismo;

e) agranulocitose;

f) distúrbios hereditários da coagulação e da anticoagulação e deficiências da anticoagulação (trombofilias);

XIII – doenças neurológicas:

a) infecção do sistema nervoso central;

b) doença vascular do cérebro e da medula espinhal;

c) síndrome pós-traumatismo crânio-encefálico;

d) distúrbio do desenvolvimento psicomotor;

e) doença degenerativa e hereditária degenerativa, distúrbio dos movimentos;

f) distrofia muscular progressiva;

g) doenças desmielinizantes e esclerose múltipla;

h) epilepsias e convulsões;

i) eletroencefalograma: presença de achados fora dos padrões de normalidade;

XIV – doenças psiquiátricas:

a) transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substâncias psicoativas;

b) esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes;

c) transtornos do humor;

d) transtornos neuróticos;

e) transtornos de personalidade e de comportamento;

f) retardo mental;

g) dependência de álcool e drogas;

XV – doenças reumatológicas:

a) artrite reumatóide;

b) vasculites sistêmicas primárias e secundárias (granulomatose de Wegener, poliangeite microscópica, síndrome de Churg-Strauss, poliarterite nodosa, doença de Kawasaki, arterite de Takayasu, arterite de células gigantes, púrpura de Henoch-Schlein);

c) lúpus eritematoso sistêmico;

d) fibromialgia;

e) síndrome de Sjögren;

f) síndrome de Behçet;

g) síndrome de Reiter;

h) espondilite anquilosante;

i) dermatomiosite;

j) esclerodermia;

XVI – tumores e neoplasias:

a) qualquer tumor maligno;

b) tumores benignos dependendo da localização, repercussão funcional e potencial evolutivo;

9.16 Demais informações a respeito da avaliação médica constarão de edital específico de convocação para essa fase.

9.17 DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NA AVALIAÇÃO MÉDICA

9.17.1 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na avaliação médica disporá das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF) para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

10 DA AVALIAÇÃO DE APTIDÃO FÍSICA

10.1 Serão convocados para a avaliação de aptidão física, de caráter eliminatório, os candidatos considerados aptos na avaliação médica.

10.1.1 Os candidatos não convocados para a avaliação de aptidão física estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

10.1.2 Os candidatos somente serão autorizados a realizar a avaliação de aptidão física:

a) se forem considerados aptos na avaliação médica;

b) mediante a apresentação do documento de identificação original e oficial que contenha foto e, preferencialmente, impressão digital, conforme definido neste edital;

c) não estiverem portando qualquer tipo de arma sem o devido deferimento de atendimento especial, conforme previsto no subitem 5.4.9.5 deste edital.

10.2 A avaliação de aptidão física, de caráter eliminatório, visa verificar a capacidade do candidato para desempenhar as exigências da prática de atividades físicas a que será submetido durante o curso de formação profissional, relacionadas ao desempenho das tarefas típicas da função

10.2.1 O candidato será considerado apto ou inapto na avaliação de aptidão física.

10.3 Compõem a avaliação de aptidão física testes físicos que serão realizados na seguinte ordem:

a) flexão de braço na barra fixa (sexo masculino) ou estático de barra (sexo feminino);

b) impulso horizontal (sexos masculino e feminino); e

c) corrida de 12 minutos (sexos masculino e feminino).

10.4 No momento da identificação, o candidato receberá um número, que deverá ser afixado em sua camiseta e não poderá ser retirado até o final da avaliação de aptidão física.

10.5 O candidato deverá comparecer em data, local e horário a serem oportunamente divulgados em edital específico, com roupa apropriada para a prática de atividade física, munido de atestado médico específico para esse fim, original ou cópia autenticada em cartório, emitido nos últimos 30 dias anteriores à realização da avaliação de aptidão física.

10.6 No atestado médico deverá constar, expressamente, que o candidato está apto a realizar a avaliação de aptidão física deste concurso.

10.7 O candidato que deixar de apresentar o atestado médico, ou apresentá-lo em desacordo com o item anterior, será impedido de realizar a avaliação de aptidão física, sendo, consequentemente, eliminado do concurso.

10.8 O atestado médico deverá ser entregue no momento de identificação do candidato para a realização da avaliação de aptidão física. Não será aceita a entrega de atestado médico em outro momento.

10.9 DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS TESTES FÍSICOS

10.9.1 DO TESTE DE FLEXÃO DE BRAÇO NA BARRA FIXA – PARA OS CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO

10.9.1.1 A metodologia para a preparação e a execução do teste dinâmico de barra para os candidatos do sexo masculino obedecerá aos seguintes critérios:

a) posição inicial: ao comando "em posição", o candidato deverá ficar suspenso na barra horizontal, a largura da pegada deve ser aproximadamente a dos ombros, a pegada das mãos será em pronação (dorsos das mãos voltados para o corpo do executante) ou supinação (palmas das mãos voltadas para o corpo do executante), os cotovelos em extensão, não poderá haver nenhum contato dos pés com o solo, todo o corpo completamente na posição vertical (cabeça, tronco e membros inferiores);

b) ao comando "iniciar", o candidato deverá flexionar os cotovelos, elevando o seu corpo até que o queixo ultrapasse o nível da barra, sem apoiar o queixo na barra. Em seguida, deverá estender novamente os cotovelos, baixando o seu corpo até a posição inicial. Esse movimento completo, finalizado com o retorno à posição inicial, corresponderá a uma unidade de execução.

10.9.1.2 A contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:

a) um componente da banca contará em voz alta o número de repetições realizadas;

b) quando o exercício não atender ao previsto neste edital, o auxiliar de banca repetirá o número do último realizado de maneira correta e quando se tratar movimento inicial, o auxiliar de banca dirá "zero";

c) a contagem que será considerada oficialmente será somente a realizada pela banca examinadora;

d) cada execução começa e termina com os cotovelos totalmente estendidos, quando será contada como uma execução completa;

e) o movimento a ser realizado deve ser unicamente de flexão e extensão de cotovelos.

f) a cabeça, o tronco e os membros inferiores devem permanecer completamente na vertical, do início ao final de cada repetição;

g) o teste somente será iniciado com o candidato na posição completamente vertical de todo o corpo e após o comando dado pelo auxiliar de banca;

h) excepcionalmente e para evitar que os candidatos mais altos toquem os pés no solo estando na posição inicial, será permitida, neste caso, a flexão dos joelhos;

i) será considerada oficialmente somente a contagem realizada pela banca examinadora;

j) cada execução começa e termina com os cotovelos totalmente estendidos, quando será contada como uma execução completa e correta. A não extensão total dos cotovelos, antes do início de uma nova execução, será considerado um movimento incorreto, o qual não será computado no desempenho do candidato;

k) somente será contada a repetição realizada completa e corretamente, com o corpo sempre na posição vertical (cabeça, tronco e membros inferiores);

l) o movimento deve ser dinâmico, ou seja, o candidato não pode parar para "descansar";

m) cada tentativa será encerrada quando o candidato perder o contato das mãos com a barra, ou realizar um procedimento proibido, previsto neste edital.

10.9.1.3 Será proibido ao candidato do sexo masculino, quando da realização do teste dinâmico de barra:

a) tocar com o(s) pé(s) no solo ou em qualquer parte de sustentação da barra após o início das execuções;

b) flexionar o quadril, o joelho ou ambos em qualquer momento do teste;

c) receber qualquer tipo de ajuda física após a tomada de posição inicial;

d) utilizar luvas ou qualquer outro artifício para a proteção das mãos;

e) apoiar o queixo na barra;

f) após ultrapassar o queixo em relação à barra, simplesmente soltar as mãos, em vez de completar o movimento com os cotovelos totalmente estendidos;

g) utilizar um impulso de braços e tronco para frente e para cima, levando o peito para cima;

h) realizar a "pedalada";

i) realizar o "chute";

j) não manter o corpo (cabeça, tronco e membros inferiores) completamente na posição vertical, com exceção nos casos em que o examinador permitir expressamente a flexão de joelhos, para evitar os candidatos mais altos toquem os pés no solo estando na posição inicial;

k) estender o pescoço, em vez de ultrapassar o queixo em relação à barra com movimento exclusivo de membros superiores;

l) realizar qualquer movimento na articulação dos joelhos.

10.9.1.4 O teste será encerrado quando o candidato perder o contato das mãos com a barra ou realizar um procedimento proibido, previsto no edital.

10.9.1.5 Será concedida uma segunda tentativa ao candidato do sexo masculino que não obtiver o desempenho mínimo na primeira, após um tempo não menor do que cinco minutos da realização da tentativa inicial.

10.9.1.6 Será eliminado o candidato do sexo masculino que não atingir, no mínimo, três repetições.



10.9.4.6 Será eliminado do concurso:
a) o candidato do sexo masculino que não atingir a distância mínima de 2.400 metros;
b) a candidata do sexo feminino que não atingir a distância mínima de 2.000 metros;
c) o candidato de ambos os sexos que realizar procedimento proibido, previsto neste edital e no edital de convocação para esta fase.

10.10 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO DE APTIDÃO FÍSICA
10.10.1 O candidato que não realizar a avaliação de aptidão física ou não atingir o desempenho mínimo em qualquer um dos testes ou que não comparecer para a realização destes ou que incorrer em qualquer proibição prevista neste edital, independentemente do resultado alcançado nos testes físicos, será considerado inapto e, conseqüentemente, será eliminado do concurso, não tendo classificação alguma no concurso.
10.10.2 Os casos de alteração psicológica (ou) fisiológica temporários (estados menstruais, gravidez, indisposições, câibras, contusões, luxações, fraturas etc.) que impossibilitem a realização dos testes ou diminuam a capacidade física dos candidatos não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.
10.10.3 Será considerado apto na avaliação de aptidão física o candidato que atingir o desempenho mínimo nos três testes realizados.
10.10.4 Os testes da avaliação de aptidão física serão gravados em vídeo pela banca.
10.10.4.1 O candidato que se recusar a ter os seus testes da avaliação de aptidão física gravados em vídeo será eliminado do concurso.
10.10.4.2 Será disponibilizado, para efeito de recurso, o registro da gravação dos testes de barra fixa e de impulso horizontal, conforme procedimentos disciplinados no edital de resultado provisório na avaliação de aptidão física.
10.10.5 A avaliação de aptidão física consistirá de três testes de realização obrigatória independentemente do desempenho dos candidatos em cada um deles.
10.10.6 Demais informações a respeito da avaliação de aptidão física constarão de edital específico de convocação para essa fase.

10.11 DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NA AVALIAÇÃO DE APTIDÃO FÍSICA
10.11.1 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na avaliação de aptidão física disporá do período das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF) para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.
11 DO EXAME PSICOTÉCNICO
11.1 Serão convocados para o exame psicotécnico, de caráter eliminatório, os candidatos considerados aptos na avaliação de aptidão física.
11.1.1 Os candidatos não convocados para o exame psicotécnico serão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
11.2 O exame psicotécnico, de caráter eliminatório, consistirá na aplicação e na avaliação de instrumentos e técnicas psicológicas, que permitam identificar a compatibilidade das características psicológicas do candidato com os requisitos necessários e os restritivos ao desempenho das atribuições do cargo pleiteado.
11.2.1 Serão avaliados requisitos psicológicos como: atenção concentrada, atenção dividida, controle emocional, disciplina, iniciativa, inteligência, memória visual, organização, raciocínio verbal, raciocínio espacial, relacionamento interpessoal, responsabilidade.
11.2.2 Serão avaliados requisitos restritivos como: agressividade inadequada, impulsividade exacerbada.
11.3 O exame psicotécnico ocorrerá dentro dos parâmetros estabelecidos nas resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 002/1987, nº 002/2003 e nº 002/2016.
11.4 O exame psicotécnico será realizado por banca examinadora constituída por membros regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia (CRP).
11.5 A banca examinadora utilizará testes psicológicos aprovados pelo CFP, em conformidade com as resoluções CFP nº 002/2003 e nº 005/2012.
11.6 O resultado no exame psicotécnico será obtido por meio da análise dos testes psicológicos utilizados, considerando os critérios estabelecidos a partir dos requisitos psicológicos necessários e dos restritivos ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo pleiteado.
11.7 No exame psicotécnico, o candidato será considerado apto ou inapto.
11.7.1 Será considerado apto o candidato que apresentar adequação nos requisitos psicológicos necessários (e) ou nos restritivos ao cargo pleiteado.
11.7.2 Será considerado inapto o candidato que não apresentar adequação nos requisitos psicológicos necessários (e) ou restritivos ao cargo pleiteado.
11.7.3 A inaptação no exame psicotécnico não significa, necessariamente, incapacidade intelectual (e) ou existência de transtornos de personalidade; indica apenas que o candidato não atendeu aos requisitos exigidos para o exercício do cargo pretendido.
11.7.4 Será eliminado do concurso o candidato considerado inapto no exame psicotécnico ou que não tenha sido avaliado em razão do não comparecimento na data, no local e no(s) horário(s) estabelecido(s) em edital específico.
11.7.5 A publicação do resultado no exame psicotécnico listará apenas os candidatos aptos, em obediência ao que preceitua o art. 6º da Resolução CFP nº 002/2016.
11.8 Será assegurado ao candidato considerado inapto conhecer as razões que determinaram a sua inaptação, bem como a possibilidade de interpor recurso.
11.8.1 Para conhecer o resultado no exame psicotécnico, o candidato deverá solicitá-lo no período informado em edital a ser divulgado oportunamente.
11.8.2 A Sessão de Conhecimento das Razões da Inaptação é o procedimento técnico, de caráter exclusivamente informativo, no qual um psicólogo contratado pelo Cebraspe explica ao candidato o seu resultado e estabelece suas eventuais dúvidas.
11.8.3 Durante a Sessão de Conhecimento das Razões da Inaptação, o candidato recebe um laudo síntese e um parecer psicológico sobre sua inaptação. O laudo apresenta o resultado do candidato, em formato objetivo, gráfico e numérico, contendo todos os instrumentos aplicados, os critérios utilizados em cada teste e o critério final para a inaptação no exame psicotécnico. O parecer se refere ao documento que explica a definição das características avaliadas no laudo, nas quais o candidato não obteve adequação, bem como os seus resultados por extenso.
11.8.4 O resultado obtido no exame psicotécnico poderá ser conhecido apenas pelo candidato ou pelo candidato, com o auxílio de um psicólogo, constituído às suas expensas, que irá assessorá-lo ou representá-lo, no local e perante psicólogo designado pelo Cebraspe.
11.8.5 O psicólogo contratado pelo candidato, se for o caso, deverá apresentar, na Sessão de Conhecimento das Razões da Inaptação, comprovação de registro no CRP, ou seja, a Carteira de Identidade Profissional de Psicólogo.
11.8.6 Não será permitido ao candidato, nem ao psicólogo contratado, gravar a Sessão de Conhecimento das Razões da Inaptação nem retirar, fotografar ou reproduzir o material técnico apresentado (apostilas, testes psicológicos, folhas de respostas do candidato, dentre outros).
11.9 Demais informações a respeito do exame psicotécnico constarão em edital específico de convocação para essa fase.
11.10 DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NO EXAME PSICOTÉCNICO
11.10.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado provisório no exame psicotécnico disporá das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF) para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.
11.10.2 O candidato considerado inapto no exame psicotécnico poderá interpor recurso, orientado ou não pelo seu psicólogo representante.
11.10.3 Será facultado ao candidato anexar outros documentos ao interpor seu recurso. Contudo, deve-se observar que o recurso administrativo levará em conta os resultados apresentados pelo candidato no momento da avaliação do certame.
11.10.4 Será eliminado do concurso público o candidato que for considerado inapto no exame psicotécnico e que não interpor recurso tempestivamente.
11.10.5 A banca avaliadora dos recursos será independente da banca examinadora, ou seja, será composta por psicólogos, registrados e ativos no Conselho Regional de Psicologia, que não participaram das outras fases do exame psicotécnico.
11.10.6 Será eliminado do concurso público o candidato que, após o julgamento do seu recurso, for considerado inapto no exame psicotécnico.
12 DA AVALIAÇÃO DE VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL
12.1 Respeitados os empates na última colocação, serão convocados para a entrega da documentação referente à avaliação de vida progressa e investigação social, de caráter eliminatório, os candidatos considerados aptos no exame psicotécnico e classificados conforme o quadro a seguir, considerando-se a classificação nas provas discursivas.

Ampla concorrência	Candidatos com deficiência	Total de convocados
37	3	40

12.1.1 Não havendo candidatos que se declararam pessoas com deficiência aptas no exame psicotécnico em número suficiente para preencher a totalidade do quantitativo especificado no subitem 12.1 deste edital, serão convocados os demais candidatos da listagem geral recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social, até o limite total de convocados estabelecido no quadro do subitem anterior, respeitados os empates na última colocação.
12.1.2 Após o período de matrícula em curso de formação profissional, caso não se atinja o total de candidatos estabelecido no subitem 12.1 deste edital, dentre os candidatos recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social, as convocações necessárias até que o referido quantitativo seja alcançado.
12.1.3 Os candidatos que não forem convocados para o curso de formação profissional na forma dos subitens anteriores estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
12.2 O curso de formação profissional, a ser realizado pela PGO e pelo Cebraspe, será regido pelas normas inerentes à categoria funcional, por este edital e pelo edital de convocação para a matrícula.
12.2.1 O curso de formação profissional será de aproximadamente 477 horas-aula, com uma duração prevista de 90 dias.
12.2.2 As atividades do curso de formação profissional poderão ser desenvolvidas nos turnos diurno e noturno, inclusive sábados, domingos e feriados.
12.3 O curso de formação profissional valerá 120,00 pontos e consistirá de:
a) prova objetiva P₁: 40 questões, no valor de 1,00 ponto cada, totalizando 40,00 pontos, acerca de quatro disciplinas (1 - Direitos Humanos, 2 - Gestão Moderna de Segurança Pública, 3 - Investigação Policial e 4 - Prática do Serviço Policial), com 10 questões cada,
b) prova objetiva P₂: 40 questões, no valor de 1,00 ponto cada, totalizando 40,00 pontos, acerca de quatro disciplinas (1 - Direitos Humanos, 2 - Gestão Moderna de Segurança Pública, 3 - Investigação Policial e 4 - Prática do Serviço Policial), com 10 questões cada.
12.3.1 A nota em cada disciplina (ND_i, em que i = 1, 2, 3 e 4) das provas objetivas será a média ponderada das notas obtidas nas questões daquela disciplina contida em cada uma das provas objetivas (ND_{OP}), calculada pela fórmula: ND_i = (NQDP_i + 2NQDP₂) / 3, totalizando 10,00 pontos.
12.3.2 A nota em cada prova objetiva (NP_i, em que i = 1 e 2) será a soma das notas obtidas em cada uma das questões que a compõe.
12.3.3 A nota final no curso de formação profissional (NF_{CFP}) será a soma das notas obtidas nas provas objetivas, calculada pela fórmula: NF_{CFP} = NP₁ + 2NP₂.
12.4 Será desligado do curso de formação profissional e não terá classificação alguma no concurso o candidato que:
a) faltar mais de 25% das aulas dadas ou deixar de frequentá-las, sem motivo justificado, por oito dias consecutivos;
b) tiver má conduta, dentro ou fora da Academia de Polícia;
c) praticar, nas provas ou exames, fraude de qualquer natureza;
d) não se enquadrar na alínea "a" do subitem 12.3.5 deste edital;
e) for considerado inapto em prova prática.
12.4.1 Não poderá prosseguir no curso de formação profissional o candidato que for desligado e eliminado durante a sua realização.
12.5 Será aprovado no curso de formação profissional o candidato que:
a) obtiver média ponderada inferior a 5,00 pontos por disciplina, adotada a escala de zero a 10;
b) for considerado apto nas provas práticas.
12.5.1 O candidato que não se enquadrar no subitem 12.5 deste edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
12.5.2 Não haverá segunda chamada e revisão de exames ou prova.
12.6 Caso o candidato do curso de formação profissional seja servidor submetido a estágio probatório em outro cargo, suspensa será a contagem do prazo a ele referente.
12.7 O candidato matriculado no curso de formação profissional receberá uma bolsa de estudos mensal em valor correspondente ao menor vencimento pago pelo Poder Executivo.
12.7.1 No caso de servidor público estadual de Goiás, este não terá direito à bolsa e ficará à disposição da Gerência de Ensino Policial Civil, sem prejuízo de seus vencimentos.
12.7.1.1 Caso o candidato seja servidor submetido a estágio probatório em outro cargo, suspensa será a contagem do prazo a ele referente.
12.7.2 Na hipótese do candidato não apresentar, à época da posse, o comprovante de escolaridade exigido, ficará obrigado a ressarcir à administração pública os custos correspondentes, relativos ao curso de formação profissional.
12.7.3 Eventuais despesas de deslocamento, alimentação, transporte, estadia ou trajas e acessórios necessários à frequência no curso de formação profissional, ocorrerão por conta do candidato.
12.7.4 Todo material didático (apostilas) a ser utilizado durante o curso de formação profissional será disponibilizado aos candidatos via internet, nos endereços eletrônicos http://www.cespe.unb.br/concursos/pgc_go_16_delegado_ejpu e <http://www.segplan.go.gov.br>.
12.7.4.1 A impressão e a encadernação do material didático serão de responsabilidade do candidato.
12.7.4.2 O candidato deverá levar a apostila desde o primeiro dia de aula.
12.8 Demais informações a respeito do curso de formação profissional serão divulgadas no edital de convocação para essa fase.
13 DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
13.1 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório no curso de formação profissional disporá das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF) para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.
14 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS
14.1 Serão convocados para a entrega de títulos os candidatos recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social e convocados para o curso de formação profissional na forma dos subitens 13.1 e 13.1.1 deste edital.
14.1.1 Os candidatos que não foram convocados para a entrega de títulos estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
14.1.2 Serão avaliados os títulos somente dos candidatos aprovados no curso de formação profissional.
14.1.3 Os candidatos que não tiveram os seus títulos avaliados estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
14.2 A avaliação de títulos, de caráter classificatório, valerá 20,00 pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.
14.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data da entrega, observados os limites de pontos do quadro a seguir.

Ampla concorrência	Candidatos com deficiência	Total de convocados
41	3	44

Alínea	Título	Valor de cada título	Valor máximo dos títulos
A	Diploma de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor) em Direito. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Doutorado, desde que acompanhado de histórico escolar.	5,00	5,00
B	Diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) em Direito. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Mestrado, desde que acompanhado de histórico escolar.	2,50	2,50
C	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 h/a em Direito. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, desde que acompanhada de histórico escolar.	1,25	2,50

12.1.1 Não havendo candidatos que se declararam pessoas com deficiência aptas no exame psicotécnico em número suficiente para preencher a totalidade do quantitativo especificado no subitem 12.1 deste edital, serão convocados os demais candidatos da listagem geral aptos no exame psicotécnico, até o limite total de convocados estabelecido no quadro do subitem anterior, respeitados os empates na última colocação.
12.1.2 Os candidatos que não forem convocados para a entrega da documentação referente à avaliação de vida progressa e investigação social na forma dos subitens anteriores estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
12.2 A avaliação de vida progressa e investigação social verificará a conduta irrepreensível e a idoneidade moral necessária ao exercício do cargo, tendo como resultado recomendado ou não recomendado.
12.3 Todos os candidatos serão submetidos à avaliação de vida progressa e investigação social que se estenderá da inscrição até a nomeação, observando-se antecedentes criminais, sociais, familiares e profissionais.
12.4 O candidato preencherá, para fins da avaliação de vida progressa e investigação social, a Ficha de Informações Confidenciais (FIC), a ser disponibilizada, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pgc_go_16_delegado_ejpu, oportunamente.
12.5 Durante todo o período do concurso público, o candidato deverá manter atualizados os dados informados na FIC, assim como identificar formal e circunstancialmente qualquer outro fato relevante para a avaliação de vida progressa e investigação social, nos termos do edital.
12.6 O candidato deverá apresentar, em momento definido em edital de convocação específico, os originais ou cópia autenticada em cartório dos seguintes documentos, todos indispensáveis ao prosseguimento no certame:
I - certidão de antecedentes criminais, da cidade/município da jurisdição onde reside/residiu nos últimos cinco anos;
a) da Justiça Federal;
b) da Justiça Estadual ou do Distrito Federal;

c) da Justiça Militar Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
d) da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
II - certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral;
III - certidões dos cartórios de protestos de títulos da cidade/município onde reside/residiu nos últimos cinco anos;
IV - certidões dos cartórios de execução civil da cidade/município onde reside/residiu nos últimos cinco anos.
12.7 O candidato que não entregar qualquer um dos documentos citados no subitem anterior, no prazo disposto em edital específico, estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
12.8 Não serão fornecidas cópias dos documentos apresentados.
12.9 Somente serão aceitas certidões expedidas, no máximo, nos 90 dias anteriores à data de entrega fixada em edital e dentro do prazo de validade específico constante da certidão.
12.10 Caso seja constatada, e demonstrada, a existência de qualquer fato desabonador da conduta do candidato, sob aspectos morais, civis ou criminais, que o incompatibilize com a condição de servidor público, será declarada a não recomendação do candidato para o exercício do cargo, promovendo sua eliminação do concurso.
12.11 O candidato não recomendado na avaliação de vida progressa e investigação social será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
12.12 Demais informações a respeito da avaliação de vida progressa e investigação social constarão de edital específico de convocação para esta fase.
12.13 DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NA AVALIAÇÃO DE VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL
12.13.1 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na avaliação de vida progressa e investigação social disporá das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia (horário oficial de Brasília/DF) para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.
13 DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
13.1 Respeitados os empates na última colocação, serão convocados para o curso de formação profissional, de caráter eliminatório e classificatório, os candidatos recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social e classificados conforme o quadro a seguir, considerando-se a classificação nas provas discursivas.

Alínea	Título	Valor de cada título	Valor máximo dos títulos
D	Exercício de atividade no cargo de Delegado de Polícia, no cargo de Procurador do Estado, de membro da Magistratura, de membro do Ministério Público ou de membro da Defensoria Pública	1,00 por ano completo, sem sobreposição de tempo	10,00
E	Cargos públicos de natureza policial, excetuados os títulos já incluídos na alínea anterior.	0,50 por ano completo, sem sobreposição de tempo	
F	Exercício de atividade profissional em cargo privativo de bacharel em Direito na Administração Pública ou na iniciativa privada, em empregos/cargos/funções, excetuados os títulos já incluídos nas alíneas anteriores.	0,50 por ano completo, sem sobreposição de tempo	
G	Exercício efetivo de advocacia pública ou privada, excetuados os títulos já incluídos nas alíneas anteriores.	0,50 por ano completo, sem sobreposição de tempo	
H	Exercício do magistério superior, em disciplina da área jurídica, desenvolvido em instituição de ensino superior pública (e) ou particular, reconhecida pelo MEC.	0,50 por ano completo, sem sobreposição de tempo	
Total máximo de pontos			20,00

13.1.1 Não havendo candidatos que se declararam pessoas com deficiência recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social em número suficiente para preencher a totalidade do quantitativo especificado no subitem 13.1 deste edital, serão convocados os demais candidatos da listagem geral recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social, até o limite total de convocados estabelecido no quadro do subitem anterior, respeitados os empates na última colocação.
13.1.2 Após o período de matrícula em curso de formação profissional, caso não se atinja o total de candidatos estabelecido no subitem 13.1 deste edital, dentre os candidatos recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social, as convocações necessárias até que o referido quantitativo seja alcançado.
13.1.3 Os candidatos que não forem convocados para o curso de formação profissional na forma dos subitens anteriores estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
13.2 O curso de formação profissional, a ser realizado pela PGO e pelo Cebraspe, será regido pelas normas inerentes à categoria funcional, por este edital e pelo edital de convocação para a matrícula.
13.2.1 O curso de formação profissional será de aproximadamente 477 horas-aula, com uma duração prevista de 90 dias.
13.2.2 As atividades do curso de formação profissional poderão ser desenvolvidas nos turnos diurno e noturno, inclusive sábados, domingos e feriados.
13.3 O curso de formação profissional valerá 120,00 pontos e consistirá de:
a) prova objetiva P₁: 40 questões, no valor de 1,00 ponto cada, totalizando 40,00 pontos, acerca de quatro disciplinas (1 - Direitos Humanos, 2 - Gestão Moderna de Segurança Pública, 3 - Investigação Policial e 4 - Prática do Serviço Policial), com 10 questões cada,
b) prova objetiva P₂: 40 questões, no valor de 1,00 ponto cada, totalizando 40,00 pontos, acerca de quatro disciplinas (1 - Direitos Humanos, 2 - Gestão Moderna de Segurança Pública, 3 - Investigação Policial e 4 - Prática do Serviço Policial), com 10 questões cada.
13.3.1 A nota em cada disciplina (ND_i, em que i = 1, 2, 3 e 4) das provas objetivas será a média ponderada das notas obtidas nas questões daquela disciplina contida em cada uma das provas objetivas (ND_{OP}), calculada pela fórmula: ND_i = (NQDP_i + 2NQDP₂) / 3, totalizando 10,00 pontos.
13.3.2 A nota em cada prova objetiva (NP_i, em que i = 1 e 2) será a soma das notas obtidas em cada uma das questões que a compõe.
13.3.3 A nota final no curso de formação profissional (NF_{CFP}) será a soma das notas obtidas nas provas objetivas, calculada pela fórmula: NF_{CFP} = NP₁ + 2NP₂.
13.4 Será desligado do curso de formação profissional e não terá classificação alguma no concurso o candidato que:
a) faltar mais de 25% das aulas dadas ou deixar de frequentá-las, sem motivo justificado, por oito dias consecutivos;
b) tiver má conduta, dentro ou fora da Academia de Polícia;
c) praticar, nas provas ou exames, fraude de qualquer natureza;
d) não se enquadrar na alínea "a" do subitem 13.3.5 deste edital;
e) for considerado inapto em prova prática.
13.4.1 Não poderá prosseguir no curso de formação profissional o candidato que for desligado e eliminado durante a sua realização.
13.5 Será aprovado no curso de formação profissional o candidato que:
a) obtiver média ponderada inferior a 5,00 pontos por disciplina, adotada a escala de zero a 10;
b) for considerado apto nas provas práticas.
13.5.1 O candidato que não se enquadrar no subitem 13.5 deste edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
13.5.2 Não haverá segunda chamada e revisão de exames ou prova.
13.6 Caso o candidato do curso de formação profissional seja servidor submetido a estágio probatório em outro cargo, suspensa será a contagem do prazo a ele referente.
13.7 O candidato matriculado no curso de formação profissional receberá uma bolsa de estudos mensal em valor correspondente ao menor vencimento pago pelo Poder Executivo.
13.7.1 No caso de servidor público estadual de Goiás, este não terá direito à bolsa e ficará à disposição da Gerência de Ensino Policial Civil, sem prejuízo de seus vencimentos.
13.7.1.1 Caso o candidato seja servidor submetido a estágio probatório em outro cargo, suspensa será a contagem do prazo a ele referente.
13.7.2 Na hipótese do candidato não apresentar, à época da posse, o comprovante de escolaridade exigido, ficará obrigado a ressarcir à administração pública os custos correspondentes, relativos ao curso de formação profissional.
13.7.3 Eventuais despesas de deslocamento, alimentação, transporte, estadia ou trajas e acessórios necessários à frequência no curso de formação profissional, ocorrerão por conta do candidato.
13.7.4 Todo material didático (apostilas) a ser utilizado durante o curso de formação profissional será disponibilizado aos candidatos via internet, nos endereços eletrônicos http://www.cespe.unb.br/concursos/pgc_go_16_delegado_ejpu e <http://www.segplan.go.gov.br>.
13.7.4.1 A impressão e a encadernação do material didático serão de responsabilidade do candidato.
13.7.4.2 O candidato deverá levar a apostila desde o primeiro dia de aula.
13.8 Demais informações a respeito do curso de formação profissional serão divulgadas no edital de convocação para essa fase.

Alínea	Título	Valor de cada título	Valor máximo dos títulos
A	Diploma de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor) em Direito. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Doutorado, desde que acompanhado de histórico escolar.	5,00	5,00
B	Diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) em Direito. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Mestrado, desde que acompanhado de histórico escolar.	2,50	2,50
C	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 h/a em Direito. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, desde que acompanhada de histórico escolar.	1,25	2,50

13.1.1 Não havendo candidatos que se declararam pessoas com deficiência recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social em número suficiente para preencher a totalidade do quantitativo especificado no subitem 13.1 deste edital, serão convocados os demais candidatos da listagem geral recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social, até o limite total de convocados estabelecido no quadro do subitem anterior, respeitados os empates na última colocação.
13.1.2 Após o período de matrícula em curso de formação profissional, caso não se atinja o total de candidatos estabelecido no subitem 13.1 deste edital, dentre os candidatos recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social, as convocações necessárias até que o referido quantitativo seja alcançado.
13.1.3 Os candidatos que não forem convocados para o curso de formação profissional na forma dos subitens anteriores estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
13.2 O curso de formação profissional, a ser realizado pela PGO e pelo Cebraspe, será regido pelas normas inerentes à categoria funcional, por este edital e pelo edital de convocação para a matrícula.
13.2.1 O curso de formação profissional será de aproximadamente 477 horas-aula, com uma duração prevista de 90 dias.
13.2.2 As atividades do curso de formação profissional poderão ser desenvolvidas nos turnos diurno e noturno, inclusive sábados, domingos e feriados.
13.3 O curso de formação profissional valerá 120,00 pontos e consistirá de:
a) prova objetiva P₁: 40 questões, no valor de 1,00 ponto cada, totalizando 40,00 pontos, acerca de quatro disciplinas (1 - Direitos Humanos, 2 - Gestão Moderna de Segurança Pública, 3 - Investigação Policial e 4 - Prática do Serviço Policial), com 10 questões cada,
b) prova objetiva P₂: 40 questões, no valor de 1,00 ponto cada, totalizando 40,00 pontos, acerca de quatro disciplinas (1 - Direitos Humanos, 2 - Gestão Moderna de Segurança Pública, 3 - Investigação Policial e 4 - Prática do Serviço Policial), com 10 questões cada.
13.3.1 A nota em cada disciplina (ND_i, em que i = 1, 2, 3 e 4) das provas objetivas será a média ponderada das notas obtidas nas questões daquela disciplina contida em cada uma das provas objetivas (ND_{OP}), calculada pela fórmula: ND_i = (NQDP_i + 2NQDP₂) / 3, totalizando 10,00 pontos.
13.3.2 A nota em cada prova objetiva (NP_i, em que i = 1 e 2) será a soma das notas obtidas em cada uma das questões que a compõe.
13.3.3 A nota final no curso de formação profissional (NF_{CFP}) será a soma das notas obtidas nas provas objetivas, calculada pela fórmula: NF_{CFP} = NP₁ + 2NP₂.
13.4 Será desligado do curso de formação profissional e não terá classificação alguma no concurso o candidato que:
a) faltar mais de 25% das aulas dadas ou deixar de frequentá-las, sem motivo justificado, por oito dias consecutivos;
b) tiver má conduta, dentro ou fora da Academia de Polícia;
c) praticar, nas provas ou exames, fraude de qualquer natureza;
d) não se enquadrar na alínea "a" do subitem 13.3.5 deste edital;
e) for considerado inapto em prova prática.
13.4.1 Não poderá prosseguir no curso de formação profissional o candidato que for desligado e eliminado durante a sua realização.
13.5 Será aprovado no curso de formação profissional o candidato que:
a) obtiver média ponderada inferior a 5,00 pontos por disciplina, adotada a escala de zero a 10;
b) for considerado apto nas provas práticas.
13.5.1 O candidato que não se enquadrar no subitem 13.5 deste edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
13.5.2 Não haverá segunda chamada e revisão de exames ou prova.
13.6 Caso o candidato do curso de formação profissional seja servidor submetido a estágio probatório em outro cargo, suspensa será a contagem do prazo a ele referente.
13.7 O candidato matriculado no curso de formação profissional receberá uma bolsa de estudos mensal em valor correspondente ao menor vencimento pago pelo Poder Executivo.
13.7.1 No caso de servidor público estadual de Goiás, este não terá direito à bolsa e ficará à disposição da Gerência de Ensino Policial Civil, sem prejuízo de seus vencimentos.
13.7.1.1 Caso o candidato seja servidor submetido a estágio probatório em outro cargo, suspensa será a contagem do prazo a ele referente.
13.7.2 Na hipótese do candidato não apresentar, à época da posse, o comprovante de escolaridade exigido, ficará obrigado a ressarcir à administração pública os custos correspondentes, relativos ao curso de formação profissional.
13.7.3 Eventuais despesas de deslocamento, alimentação, transporte, estadia ou trajas e acessórios necessários à frequência no curso de formação profissional, ocorrerão por conta do candidato.
13.7.4 Todo material didático (apostilas) a ser utilizado durante o curso de formação profissional será disponibilizado aos candidatos via internet, nos endereços eletrônicos http://www.cespe.unb.br/concursos/pgc_go_16_delegado_ejpu e <http://www.segplan.go.gov.br>.
13.7.4.1 A impressão e a encadernação do material didático serão de responsabilidade do candidato.
13.7.4.2 O candidato deverá levar a apostila desde o primeiro dia de aula.
13.8 Demais informações a respeito do curso de formação profissional serão divulgadas no edital de convocação para essa fase.

Alínea	Título	Valor de cada título	Valor máximo dos títulos
A	Diploma de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor) em Direito. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Doutorado, desde que acompanhado de histórico escolar.	5,00	5,00
B	Diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) em Direito. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Mestrado, desde que acompanhado de histórico escolar.	2,50	2,50
C	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 h/a em Direito. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, desde que acompanhada de histórico escolar.	1,25	2,50

13.1.1 Não havendo candidatos que se declararam pessoas com deficiência recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social em número suficiente para preencher a totalidade do quantitativo especificado no subitem 13.1 deste edital, serão convocados os demais candidatos da listagem geral recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social, até o limite total de convocados estabelecido no quadro do subitem anterior, respeitados os empates na última colocação.
13.1.2 Após o período de matrícula em curso de formação profissional, caso não se atinja o total de candidatos estabelecido no subitem 13.1 deste edital, dentre os candidatos recomendados na avaliação de vida progressa e investigação social, as convocações necessárias até que o referido quantitativo seja alcançado.
13.1.3 Os candidatos que não forem convocados para o curso de formação profissional na forma dos subitens anteriores estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
13.2 O curso de formação profissional, a ser realizado pela PGO e pelo Cebraspe, será regido pelas normas inerentes à categoria funcional, por este edital e pelo edital de convocação para a matrícula.
13.2.1 O curso de formação profissional será de aproximadamente 477 horas-aula, com uma duração prevista de 90 dias.
13.2.2 As atividades do curso de formação profissional poderão ser desenvolvidas nos turnos diurno e noturno, inclusive sábados, domingos e feriados.
13.3 O curso de formação profissional valerá 120,00 pontos e consistirá de:
a) prova objetiva P₁: 40 questões, no valor de 1,00 ponto cada, totalizando 40,00 pontos, acerca de quatro disciplinas (1 - Direitos Humanos, 2 - Gestão Moderna de Segurança Pública, 3 - Investigação Policial e 4 - Prática do Serviço Policial), com 10 questões cada,
b) prova objetiva P₂: 40 questões, no valor de 1,00 ponto cada, totalizando 40,00 pontos, acerca de quatro disciplinas (1 - Direitos Humanos, 2 - Gestão Moderna de Segurança Pública, 3 - Investigação Policial e 4 - Prática do Serviço Policial), com 10 questões cada.
13.3.1 A nota em cada disciplina (ND_i, em que i = 1, 2, 3 e 4) das provas objetivas será a média ponderada das notas obtidas nas questões daquela disciplina contida em cada uma das provas objetivas (ND_{OP}), calculada pela fórmula: ND_i = (NQDP_i + 2NQDP₂) / 3, totalizando 10,00 pontos.
13.3.2 A nota em cada prova objetiva (NP_i, em que i = 1 e 2) será a soma das notas obtidas em cada uma das questões que a compõe.
13.3.3 A nota final no curso de formação profissional (NF_{CFP}) será a soma das notas obtidas nas provas objetivas, calculada pela fórmula: NF_{CFP} = NP₁ + 2NP₂.
13.4 Será desligado do curso de formação profissional e não terá classificação alguma no concurso o candidato que:
a) faltar mais de 25% das aulas dadas ou deixar de frequentá-las, sem motivo justificado, por oito dias consecutivos;
b) tiver má conduta, dentro ou fora da Academia de Polícia;
c) praticar, nas provas ou exames, fraude de qualquer natureza;
d) não se enquadrar na alínea "a" do subitem 13.3.5 deste edital;
e) for considerado inapto em prova prática.
13.4.1 Não poderá prosseguir no curso de formação profissional o candidato que for desligado e eliminado durante a sua realização.
13.5 Será aprovado no curso de formação profissional o candidato que:
a) obtiver média ponderada inferior a 5,00 pontos por disciplina, adotada a escala de zero a 10;
b) for considerado apto nas provas práticas.
13.5.1 O candidato que não se enquadrar no subitem 13.5 deste edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
13.5.2 Não haverá segunda chamada e revisão de exames ou prova.
13.6 Caso o candidato do curso de formação profissional seja servidor submetido a estágio probatório em outro cargo, suspensa será a contagem do prazo a ele referente.
13.7 O candidato matriculado no curso de formação profissional receberá uma bolsa de estudos mensal em valor correspondente ao menor vencimento pago pelo Poder Executivo.
13.7.1 No caso de servidor público estadual de Goiás, este não terá direito à bolsa e ficará à disposição da Gerência de Ensino Policial Civil, sem prejuízo de seus vencimentos.
13.7.1.1 Caso o candidato seja servidor submetido a estágio probatório em outro cargo, suspensa será a contagem do prazo a ele referente.
13.7.2 Na hipótese do candidato não apresentar, à época da posse, o comprovante de escolaridade exigido, ficará obrigado a ressarcir à administração pública os custos correspondentes, relativos ao curso de formação profissional.
13.7.3 Eventuais despesas de deslocamento, alimentação, transporte, estadia ou trajas e acessórios necessários à frequência no curso de formação profissional, ocorrerão por conta do candidato.
13.7.4 Todo material didático (apostilas) a ser utilizado durante o curso de formação profissional será disponibilizado aos candidatos via internet, nos endereços eletrônicos http://www.cespe.unb.br/concursos/pgc_go_16_delegado_ejpu e <http://www.segplan.go.gov.br>.
13.7.4.1 A impressão e a encadernação do material didático serão de responsabilidade do candidato.
13.7.4.2 O candidato deverá levar a apostila desde o primeiro dia de aula.
13.8 Demais informações a respeito do curso de formação profissional serão divulgadas no edital de convocação para essa fase.

Alínea	Título	Valor de cada título	Valor máximo dos títulos
A	Diploma de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor) em Direito. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Doutorado, desde que acompanhado de histórico escolar.	5,00	5,00
B	Diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) em Direito. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Mestrado, desde que acompanhado de histórico escolar.	2,50	2,50
C	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 h/a em Direito. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de		



c) obter a maior nota na prova objetiva de Conhecimentos Específicos P₂;
d) obter o maior número de acertos na prova objetiva de Conhecimentos Específicos P₃;
e) obter a maior nota na prova objetiva de Conhecimentos Básicos P₄;
f) obter o maior número de acertos na prova objetiva de Conhecimentos Básicos P₅;
g) for funcionário do estado, conforme o art. 7º, § 4º, da Lei Estadual nº 10.460, de 1988;
h) tiver maior idade;
i) tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 da Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008 – Código de Processo Penal).

16.2 Os candidatos a que se refere a alínea "i" do subitem 16.1 deste edital serão convocados, antes do resultado final do concurso, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função de jurado.

16.2.1 Para fins de comprovação da função citada no subitem anterior, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos tribunais de justiça estaduais e regionais federais do país, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal, a partir de 10 de agosto de 2008, data da entrada em vigor da Lei nº 11.689, de 2008.

17 DA NOMEAÇÃO

17.1 A nomeação do candidato ao cargo fica condicionada:

a) ao atendimento dos requisitos básicos para a posse constantes do item 3 deste edital e da legislação vigente;

b) a classificação do candidato dentro do número de vagas especificado no subitem 2.5 deste edital, conforme a seguir, não sendo mantido cadastro de reserva: 36 vagas, sendo 34 para ampla concorrência e 2 vagas reservadas para candidatos com deficiência.

17.1.1 Caso não haja candidato com deficiência aprovado até a classificação estipulada no subitem anterior, serão contemplados os candidatos da listagem geral em número correspondente, observada rigorosamente a ordem de classificação e o limite de candidatos.

18 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas nos comunicados, neste edital e em outros serem publicados.

18.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público publicados no Diário Oficial do Estado de Goiás e/ou divulgados na internet, nos endereços eletrônicos http://www.cespe.unb.br/concursos/pe_go_16_delegado e/ou <http://www.segplan.gov.br>.

18.2.1 As informações a respeito de notas e classificações poderão ser acessadas por meio dos editais e resultados. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nestes editais.

18.3 O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448.0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/pe_go_16_delegado, ressalvado o disposto no subitem 18.5 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

18.4 O candidato que desejar relatar ao Cebraspe fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo junto à Central de Atendimento do Cebraspe, postando correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF ou enviando e-mail para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

18.5 Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 2.8.2 deste edital.

18.5.1 Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

18.6 O candidato poderá protocolar requerimento, por meio de correspondência ou e-mail instruído com cópia do documento de identidade e do CPF, relativo ao concurso. O requerimento poderá ser feito pessoalmente mediante preenchimento de formulário próprio, à disposição do candidato na Central de Atendimento do Cebraspe, no horário das 8 horas às 19 horas, ininterruptamente, exceto sábado, domingo e feriado, observado o subitem 18.4 deste edital.

18.7 O candidato que desejar corrigir o nome fornecido durante o processo de inscrição deverá entregar requerimento de solicitação de alteração de dados cadastrais das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe – Asa Norte, Brasília/DF, ou enviar, via Sede ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento do Cebraspe – Concurso PCGO 16 Delegado (Solicitação de alteração de dados cadastrais) – Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF, ou via e-mail, para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br, acompanhado de cópia dos documentos que contenham os dados corretos ou cópia da sentença homologatória de retificação do registro civil.

18.8 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para seu início, munido somente de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição ou do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e do documento de identidade original. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha durante a realização das provas.

18.9 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira de identidade do trabalhador; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

18.9.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

18.9.2 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

18.10 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 18.9 deste edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do concurso público.

18.11 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 90 dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.

18.11.1 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

18.11.2 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, o Cebraspe poderá proceder à coleta de dado biométrico de todos os candidatos no dia de realização das provas.

18.12 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado.

18.13 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

18.14 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.

18.14.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato do concurso público.

18.15 O Cebraspe manterá um marcador de tempo em cada sala de provas para fins de acompanhamento pelos candidatos.

18.16 O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma.

18.17 O candidato somente poderá retirar-se da sala de provas levando o caderno de provas no decorrer dos últimos 15 minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

18.17.1 Durante a realização das provas, deverão permanecer, no mínimo, os três últimos candidatos por sala.

18.18 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

18.19 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento ao local de realização das provas nos dias e horários determinados implicará a eliminação automática do candidato.

18.20 Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.

18.21 Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod®, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.;

b) religio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha;

c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, bircê, gorro etc.;

d) qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), que não seja fabricado com material transparente.

18.21.1 No ambiente de provas, ou seja, nas dependências físicas em que serão realizadas as provas, não será permitido o uso pelo candidato de quaisquer dispositivos eletrônicos relacionados no subitem 18.21 deste edital.

18.21.1.1 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas, à exceção dos casos previstos na Lei nº 10.826, de 2003, e suas alterações. O candidato que estiver armado e for amparado pela citada lei deverá solicitar atendimento especial no ato da inscrição, conforme subitem 5.4.9.5 deste edital.

18.21.2 Antes de entrar na sala de provas, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, telefone celular desligado ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos desligados relacionados no subitem 18.21 deste edital, sob pena de ser eliminado do concurso.

18.21.2.1 A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora do ambiente de provas.

18.21.3 O Cebraspe recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem 18.21 no dia de realização das provas.

18.21.4 O Cebraspe não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.

18.21.5 O Cebraspe não se responsabilizará por perdas ou extrâneos de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados.

18.22 No dia de realização das provas, o Cebraspe poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o candidato está portando material não permitido.

18.23 Todos as provas anuladas e será automaticamente eliminado do concurso público o candidato que durante a realização das provas:

a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;

c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos, tais como os listados no subitem 18.21 deste edital;

d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou o caderno de texto definitivo;

i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de texto definitivo;

j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;

k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer fase do concurso público;

l) não permitir a coleta de sua assinatura;

m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;

n) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;

o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma sem o devido deferimento de atendimento especial, conforme previsto no subitem 5.4.9.5 deste edital;

p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;

q) recusar-se a transcrever a frase contida nas instruções da capa das provas para posterior exame grafológico;

r) não permitir a coleta de dado biométrico.

18.24 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falta de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o Cebraspe tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.

18.25 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação dessas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas ou aos critérios de avaliação e de classificação.

18.26 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público.

18.27 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas constituirá tentativa de fraude e implicará a eliminação do candidato.

18.28 O prazo de validade do concurso esgotar-se-á após seis meses, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

18.29 O candidato deverá manter atualizados seus dados pessoais e seu endereço perante o Cebraspe enquanto estiver participando do concurso público, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento do Cebraspe, na forma dos subitens 18.6 ou 18.7 deste edital, conforme o caso, e perante a Superintendência Central de Recursos Humanos da Segplan e/ou à Gerência de Recursos Humanos da Delegacia Geral da PCGO, após a homologação do resultado final, desde que aprovado. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados pessoais e de seu endereço.

18.30 Os casos omissos serão resolvidos pelo Cebraspe e pela Segplan.

18.31 As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital serão objeto de avaliação, ainda que não contempladas nos objetos de avaliação constantes do item 19 deste edital.

18.32 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação, salvo se listadas nos objetos de avaliação constantes do item 19 deste edital.

18.33 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

19 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)

19.1 HABILIDADES

19.1.1 As questões das provas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, com o intuito de valorizar a capacidade de raciocínio.

19.1.2 Cada questão das provas poderá contemplar mais de um objeto de avaliação.

19.2 CONHECIMENTOS

19.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.

19.2.1.1 CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.

4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO BRASIL [Lei nº 14.911/2004]: 1 Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento. 2 Modernização da agricultura e urbanização do território goiano. 3 População goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica. 4 Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação. 5 As regiões goianas e as desigualdades regionais. 6 Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. 7 Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais. 8 Aspectos da História Social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e a cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular. 9 Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás

19.2.1.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CRIMINOLOGIA: 1 Criminologia. 1.1 Conceito. 1.2 Métodos: empirismo e interdisciplinaridade. 1.3 Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social. 2 Funções da criminologia. 2.1 Criminologia e política criminal. 2.2 Direito penal. 3 Modelos teóricos da criminologia. 3.1 Teorias sociológicas. 3.2 Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito. 3.3 Prevenção primária. 3.4 Prevenção secundária. 3.5 Prevenção terciária. 3.6 Modelos de reação ao crime.

MEDICINA LEGAL: 1 Conceitos importantes e divisões da Medicina Legal. 2 Corpo de Delito, pericla e peritos em Medicina Legal. 3 Documentos Médico-Legais. 3.1 Conceitos de identidade, de identificação e de reconhecimento. 4 Principais métodos de identificação. 5 Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projétils de arma de fogo comuns e de alta energia. 6 Conceito e diagnóstico da morte. 6.1 Fenômenos cadavéricos. 6.2 Cronotanatomia, comorência e promorência. 6.3 Exumação. 6.4 Causa jurídica da morte. 6.5 Morte súbita e morte suspeita. 7 Exame de locais de crime. 7.1 Aspectos médico-legais das toxicomanias e da embriaguez. 7.2 Lesões e morte por ação térmica, por ação elétrica, por barotrauma e por ação química. 8 Aspectos médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual. 9 Asfixias por constrição cervical, por sufocação, por restrição aos movimentos do tórax e por modificações do meio ambiente. 10 Aspectos médico-legais do aborto, infanticídio e abandono de recém-nascido. 11 Modificadores e avaliação pericial da imputabilidade penal e da capacidade civil. 11.1 Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação mental. 12 Aspectos médico legais do testemunho, da confissão e da acareação. 13 Aspectos médico-legais das lesões corporais e dos maus-tratos a menores e idosos.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL: 1 Lei Estadual nº 16.901/2010 (dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás). 2 Lei Estadual nº 10.480/1988 (dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Efetivos do Estado de Goiás).

DIREITO PENAL: 1 Garantias penais fundamentais da Constituição. 2 Direito penal e política criminal. 3 A Lei penal. 3.1 Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. 3.2 Lei penal no tempo e no espaço. 3.3 Inimutabilidade. 3.4 Condições de punibilidade. 3.5 Concurso aparente de normas. 4 Teoria geral do crime. 4.1 Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. 4.2 Bem jurídico. 4.3 Tempo e lugar da pena. 4.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 4.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 4.6 Analogia. 4.7 Irretroatividade da lei penal. 4.8 Causas de exclusão da ilicitude. 4.9 O fato típico e seus elementos. 4.10 Causas de exclusão da tipicidade. 4.11 Teoria da ação. 4.12 Relação de causalidade e teorías. 4.13 Imputação objetiva. 4.14 Consumação e tentativa. 4.15 Dissistância voluntária, arrendimento eficaz e arrendimento posterior. 4.16 Crime impossível. 4.17 Agravação pelo resultado. 4.18 Determinantes putativas. 4.19 Erro de fato ou erro de direito. 4.20 Causas de exclusão da culpabilidade. 4.21 Imputabilidade. 4.22 Erro de proibição. 4.23 Concurso de agentes. 4.24 Autoria e participação. 4.25 Conduta delitosa, resultado, relação de causalidade e imputação. 4.26 Extinção da punibilidade. 4.26.1 Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. 4.26.2 Prescrição: conceito, teorías, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas. 5 Teoria geral da pena. 5.1 Cominação das penas. 5.2 Penas privativas de

liberdade. 5.3 Penas restritivas de direitos. 5.4 Regimes de pena. 5.5 Pena pecuniária. 5.6 Medidas de segurança. 5.7 Aplicação da pena. 5.8 Elementares e circunstâncias. 5.9 Causas de aumento e de diminuição das penas. 5.10 Fins da pena. 5.11 Livramento condicional e suspensão condicional da pena. 5.12 Efeitos da condenação. 5.13 Execução penal. 6 Crimes. 6.1 Crimes contra a pessoa. 6.2 Crimes contra o patrimônio. 6.3 Crimes contra a propriedade imaterial. 6.4 Crimes contra a propriedade intelectual. 6.5 Crimes contra a organização do trabalho. 6.6 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 6.7 Crimes contra a dignidade sexual. 6.8 Crimes contra a família. 6.9 Crimes contra a incolumidade pública. 6.10 Crimes contra a paz pública. 6.11 Crimes contra a fé pública. 6.12 Crimes contra a administração pública. 7 Garantismo Penal, Direito Penal do Inimigo. 8 Crime e Contravenção Penal. 9 Crimes previstos no Estatuto do Idoso [Lei nº 10.741/2003]. 10 Crimes contra a Ordem Tributária [Lei nº 8.137/1990]. 11 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (delitos hediondos). 12 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). 13 Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura). 14 Lei nº 12.694/2012 e Lei nº 12.850/2013 (crime organizado). 15 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (crimes contra o meio ambiente). 16 Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito). 17 Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas). 18 Lei nº 4.898/1965 (abuso de autoridade). 19 Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento). 20 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações [Código de Proteção e Defesa do Consumidor]. 21 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). 22 Convenção Americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992). 23 Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). 24 Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 25 Direito Penal Econômico. 26 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 27 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1 Direito processual penal. 1.1 Princípios gerais, conceito, finalidade, características. 1.2 Fontes. 1.3 Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. 1.4 Sistemas de processo penal. 2 Inquérito policial. 2.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notícia criminis; delicto criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado, conclusão e prazos. 3 Ação penal. 3.1 Conceito, características, espécies e condições. 4 Competência. 4.1 Críticas de determinação e modificação. 4.2 Incompetência. 4.3 Conexão e continência. 4.4 Questões e processos incidentes. 5 Provas. 5.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. 5.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório. 5.3 Valoração. 5.4 Ônus da prova. 5.5 Provas ilícitas. 5.6 Meios de prova: perícias, Interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. 5.7 Busca e apreensão: pessoal, domicílio, registros, rastreamento, horários. 6 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, auxiliares da justiça, peritos e intérpretes, serventúrios da justiça, impedimentos e suspeições. 7 Juizados especiais criminais. 8 Termo circunstanciado de ocorrência. 8.1 Atos processuais. 8.2 Forma, lugar e tempo. 9 Prazo. 9.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. 9.2 Prisão em flagrante. 9.3 Prisão temporária. 9.4 Prisão preventiva. 9.5 Alterações da Lei Federal nº 12.403/2011. 9.6 Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. 9.7 fiança. 10 Sentença criminal. 11 Citação, intimação, interdição de direitos. 12 Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 13 Sentença: coisa julgada, *habeas corpus*, mandado de segurança em matéria criminal. 14 Processo criminal de crimes comuns. 15 Processo Penal Constitucional. 16 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 17 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 18 Processo, procedimento e redefinição jurídica processual. 19 Elementos identificadores da relação processual. 19.1 Formas do procedimento. 19.2 Princípios gerais e informadores do processo. 19.3 Pretensão punitiva. 20 Ação civil *Ex Delicto*. 21 Jurisdição e Competência. 22 Medidas cautelares e liberdade provisória. 23 Citações e intimações. 24 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (juizados especiais criminais). 25 Lei nº 12.830/2013 (investigação criminal).

26 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal. 27 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE: 1 Lei nº 10.826/2003 e suas alterações. 2 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações. 3 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações. 4 Lei nº 5.553/1968. 5 Lei nº 4.898/1965. 6 Lei nº 9.455/1997. 7 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações. 8 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações. 9 Lei nº 12.850/2013. 10 Lei nº 9.296/1996. 11 Lei nº 7.492/1986. 12 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações. 13 Lei nº 9.503/1997 e suas alterações. 14 Lei nº 7.210/1984 e suas alterações. 15 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações. 16 Lei nº 8.137/1990 e suas alterações. 17 Lei nº 11.340/2006. 18 Lei nº 11.343/2006. 19 Título II de Lei nº 8.078/1990 e suas alterações. 20 Decreto-Lei nº 3.688/1941. 21 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações. 22 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações. 23 Lei nº 12.016/2009. 24 Lei nº 12.037/2008. 25 Lei nº 12.288/2010. 26 Lei nº 12.830/2013. 27 Lei nº 12.852/2013. 28 Lei nº 1.521/1951. 29 Lei nº 2.889/1956. 30 Lei nº 6.001/1973. 31 Lei nº 6.766/1979. 32 Lei nº 8.176/1991. 33 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 34 Lei nº 9.029/1995. 35 Lei nº 9.279/1996. 36 Lei nº 9.434/1997. 37 Lei nº 9.609/1998. 38 Lei nº 9.610/1998. 39 Lei nº 9.613/1998. 40 Lei nº 9.807/1999. 41 Lei nº 10.671/2003. 42 Lei nº 11.101/2005. 43 Lei nº 11.105/2005. 44 Lei nº 10.446/2002. 45 Lei nº 7.960/1989. 46 Lei nº 8.066/1994 e suas alterações. 47 Decreto-Lei nº 201/1967. 48 Lei nº 6.385/1976 e suas alterações. 49 Lei nº 12.846/2013. 50 Lei Federal nº 12.015/2009 (Corrupção de Menores). 51 Lei Federal nº 12.037/2009 (Identificação Criminal). 52 Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Lei nº 9.807/1990). 53 Lei de delitos informáticos (Lei nº 12.737/2012 - Lei Carolina Dieckmann).

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Direito constitucional. 1.1 Noções gerais, ciclos constitucionais. 2 Classificações das constituições. 3 Poder constituinte. 3.1 Fundamentos do poder constituinte. 3.2 Poder constituinte originário e derivado. 3.3 Reforma e revisão constitucionais. 3.4 Limitação do poder de constituir. 3.5 Emendas à Constituição. 3.6 Poder constituinte e revolução. 4 Controle de constitucionalidade. 4.1 Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade. 4.2 Inconstitucionalidade: por ação e por omissão. 4.3 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. 4.4 Arguição de descumprimento de preceitos fundamentais. 4.5 O fenômeno jurídico da desconstitucionalização. 5 Interpretação constitucional. 6 Direitos e deveres fundamentais. 6.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 6.2 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. 6.3 Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos. 6.4 Partidos políticos. 6.5 Garantias constitucionais individuais. 6.6 Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. 6.7 Remédios do direito constitucional. 6.8 Direitos Sociais e sua efetivação. 6.9 Tratados Internacionais de Direitos Humanos e sua posição no ordenamento jurídico brasileiro. 7 Poder legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência. 8 Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos. 9 Poder executivo. 9.1 Forma e sistema de governo. 9.2 Chefia de Estado e chefia de governo. 9.3 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 10 Poder judiciário. 11 Funções essenciais à Justiça. 12 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 12.1 Segurança Pública. 12.2 Organização da segurança pública. 13 Atribuições constitucionais da Polícia Judiciária. 14 Ordem social. 15 Tratados e Convenções. 15.1 Convenção de Mérida. 15.2 Convenção de Palermo. 15.3 Convenção de Viena. 15.4 Pacto de São José do Costa Rica. 15.5 Tratado de Roma. 16 Conceito, objeto, elementos e classificações da Constituição. História das Constituições. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais, Neoconstitucionalismo. Poder constituinte decorrente. 17 Organização do Estado. 17.1 Organização político-administrativa. 17.2 Estado federal brasileiro. 17



letra de câmbio; cheque; nota promissória; duplicata. 11.2 Aceite; aval; endosso; protesto; prescrição. 11.3 Ações cambiais. 12 Espécies de empresa. 12.1 Responsabilidade dos sócios. 12.2 Distribuição de lucros. 12.3 Sócio oculto. 12.4 Segredo comercial. 13 Teoria geral do direito societário. 13.1 Conceito de sociedade, personalização da sociedade. 13.2 Classificação das sociedades: sociedades não personalizadas; sociedades personalizadas; sociedade simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comandita por ações; sociedade cooperativa; sociedades coligadas. 13.3 Liquidação; transformação; incorporação; fusão; cisão; sociedades dependentes de autorização. 13.4 Sociedade limitada; sociedade anônima. 13.5 Estabelecimento empresarial. 13.6 Recuperação judicial; recuperação extrajudicial; falência do empresário e da sociedade empresária. 13.7 Institutos complementares do direito empresarial. registro; nome; prepostos; escrituração; propriedade industrial. 14 Sistema Financeiro Nacional: constituição; competência das entidades integrantes; instituições financeiras públicas e privadas; liquidação extrajudicial de instituições financeiras; sistema financeiro da habitação. 15 Títulos de crédito: atributos gerais; integração das leis uniformes de Genebra no direito brasileiro; nota promissória, duplicata; cheque.

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 O Estado e o poder de tributar. 2 Direito tributário: conceito e princípios. 3 Tributo: conceito e espécies. 4 O Código Tributário Nacional. 5 Normas gerais de direito tributário. 6 Obrigação tributária. 6.1 Conceito e espécies. 6.2 Fato gerador (hipótese de incidência). 6.3 Sujeitos ativo e passivo. 6.4 Solidariedade. 6.5 Capacidade tributária. 6.6 Domicílio tributário. 7 Crédito tributário. 7.1 Conceito. 7.2 Natureza. 7.3 Lançamento. 7.4 Reversão. 7.5 Suspensão, extinção e exclusão. 7.6 Prescrição e decadência. 7.7 Repetição do indébito. 8 Responsabilidade tributária. 8.1 Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. 8.2 Solidariedade e sucessão. 8.3 Responsabilidade pessoal e de terceiros. 8.4 Responsabilidade supletiva. 9 Sistema Tributário Nacional. 9.1 Princípios gerais. 9.2 Limitações ao poder de tributar. 10 Os tributos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. 11 Processo judicial tributário. 11.1 Execução fiscal. 11.1.1 Exceção de preexecutividade. 11.1.2 Embargos do executado. 11.2 Ação anulatória de débito fiscal. 12 Ilícito tributário. ilícito administrativo tributário, ilícito penal tributário, crimes contra a ordem tributária.

DIREITO AMBIENTAL: 1 Princípios do Direito Ambiental. 2 A Constituição Federal e o meio ambiente. 3 A legislação brasileira florestal (Leis nº 12.651/2012, 11.428/2006, 11.284/2006 e regulamentos). 4 A legislação brasileira de unidades de conservação (Lei nº 9.985/2000 e regulamentos). A Proteção e a conservação da biodiversidade. A Lei nº 11.516/2007. 5 Poder da Polícia Ambiental. Crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998 e regulamentos). Procedimento administrativo para apuração de infrações ambientais (Decreto nº 6.514/2008). Licenciamento ambiental (LC nº 140/2011, Lei nº 6.938/1981, RESOLUÇÃO CONAMA nº 428/2010 e regulamentos). 6 Organizações dos Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Unidades de Conservação (SISNAMA e SNUC). Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Proteção e conservação da biodiversidade: legislação e tratados para a proteção às espécies ameaçadas. Biossegurança e controle de Organismos Geneticamente Modificados (OGM). 7 Responsabilidade ambiental: conceito de dano e reparação ambiental.

DIREITO ELEITORAL: 1 Lei Federal nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral). 1.1 Introdução. 1.2 Órgãos da Justiça Eleitoral. 1.2.1 Tribunal Superior Eleitoral (TSE). 1.2.2 Tribunais Regionais Eleitorais. 1.2.3 Juízes eleitorais e juntas eleitorais: composição, competências e atribuições. 1.3 Alçamento eleitoral: qualificação e inscrição, cancelamento e exclusão. 2 Lei Federal nº 9.504/1997. 2.1 Disposições gerais. 2.2 Coligações. 2.3 Convenções para escolha de candidatos. 2.4 Registro de candidatos. 2.5 Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. 3 Lei Federal nº 9.096/1995. 3.1 Disposições preliminares. 3.2 Filiação partidária. 4 Resolução do TSE nº 21.538/2003. 4.1 Alçamento eleitoral. 4.2 Transferência de domicílio eleitoral. 4.3 Segundia via de inscrição. 4.4 Reestabelecimento de inscrição cancelada por equívoco. 4.5 Formulário de atualização da situação do eleitor. 4.6 Título eleitoral. 4.7 Acesso às informações constantes do cadastro. 4.8 Restrição de direitos políticos. 4.9 Revisão do eleitorado. 4.10 Justificação do não comparecimento à eleição (com a alteração da Resolução do TSE nº 649/2005).

JOAQUIM CLAUDIO FIGUEIREDO MESQUITA
Secretário de Estado de Gestão e Planejamento

ANEXO I

CRONOGRAMA ESTIMADO

Evento	Data/período provável
Provas objetivas	5/3/2017
Provas discursivas	14/3/2017
Avaliação médica	20 e 21/5/2017
Avaliação de aptidão física	18 e 21/7/2017
Exame psicotécnico	6/8/2017
Preenchimento da FIC e entrega da documentação para a avaliação de vida pregressa e investigação social	De 12 a 18/9/2017
Perícia médica dos candidatos que se declararem com deficiência	17/9/2017
Entrega de títulos	De 18 a 20/10/2017
Curso de formação profissional	De 6/11/2017 a 2/2/2018
Resultados finais na avaliação de títulos e no concurso público	1º/3/2018

ANEXO II

MODELO DE ATESTADO PARA A PERÍCIA MÉDICA DOS CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação em concurso público, que o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, é considerado(a) pessoa com deficiência à luz da legislação brasileira por apresentar at(s) seguinte(s) condição(ões):
CID-10 _____, que resultam: no comprometimento das seguintes funções/funções:

Informo, ainda, a provável causa do comprometimento, conforme art. 3º, inciso IV, do Decreto nº 3.298/1999: _____

Cidade/UF, de _____ de 201__.

Carimbo (ou identificação no cabeçalho), CRM e assinatura do(a) médico(a)

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, [nome completo do(a) candidato(a)], inscrita(o) no CPF sob o [número do CPF do(a) candidato(a)], declaro, para fins de isenção de pagamento de taxa de inscrição no concurso público para provimento de vagas no cargo de Delegado de Polícia Substituto do Quadro de Pessoal do PGO, ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e que, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição.

Declaro estar ciente de que, de acordo com o inciso I do art. 4º do referido decreto, família é a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio, definido como o local que serve de moradia à família.

Declaro, ainda, saber que, de acordo com o inciso II do art. 4º do Decreto nº 6.135, de 2007, família de baixa renda, sem prejuízo do disposto no inciso I, é aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Declaro, também, ter conhecimento de que a renda familiar mensal é a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluída no cálculo aqueles percebidos dos programas descritos no inciso IV do art. 4º do Decreto nº 6.135, de 2007.

Declaro saber que renda familiar per capita é obtida pela razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família.

Declaro, por fim, que, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição em concurso público e estar ciente das penalidades por emitir declaração falsa previstas no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Por ser verdade, firmo o presente para que surtam seus efeitos legais.

[CIDADE/UF], [DIA] DE [MÊS] DE [ANO].

[Nome/assinatura do(a) candidato(a)]

Obs.: preencher os dados [DESTACADOS] acima.

ANEXO IV

MODELO DE LAUDO MÉDICO PSIQUIÁTRICO PARA A AVALIAÇÃO MÉDICA

Atesto, para os devidos fins, que o(a) candidato(a) examinado(a) por mim nesta data, apresenta as seguintes condições psíquicas:

- consciência: _____
- orientação: _____
- atenção: _____
- pensamento (curso, forma e conteúdo): _____
- memória: _____
- sensopercepção: _____
- humor/afeto: _____
- cognição/inteligência: _____
- capacidade de raciocínio e juízo crítico: _____
- linguagem: _____

Conclusão: _____

Cidade/UF, de _____ de 201__.

Carimbo (ou identificação no cabeçalho), CRM e assinatura do(a) médico(a)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2016

Processo: 20160007002234.

Contratante: Estado de Goiás, com a intervenção da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

Contratado: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS-CEBRASPE

Objeto: Contratação de instituição especializada para realização de atividades pertinentes à execução do concurso público para a contratação de 36 (trinta e seis) servidores para o provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia Substituto, para a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária.

Valor Total: R\$ 831.000,00 (oitocentos e trinta e um mil reais.)

Vigência: A partir da assinatura do Contrato até a publicação da Homologação do Resultado Final do concurso e enquanto houver pendências administrativas ou judiciais envolvendo candidatos do certame.

Data da assinatura: 07.11.2016

Assina pela PGE: Alexandre Eduardo Felipe Tocantins, neste ato representado por Luiz Cesar Kimura.

Assina pela SEGPLAN: Joaquim Claudio Figueiredo Mesquita.

Assina pela CONTRATADA: Paulo Henrique Portela de Carvalho e Maria Osmarina do Espírito Santo Oliveira.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO (CONTRATO Nº 010/2014)

Processo: 201300005013470

Contratante: Estado de Goiás, representado pela Procuradoria Geral do Estado, com a intervenção da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

Objeto: O presente 4º Termo Aditivo tem por objeto alterar a Cláusula Segunda do Contrato Múltiplo nº 9912347111, o anexo nº 10 relativo à prestação dos serviços de Temáticos.

Valor Total: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Assina pela PGE: Alexandre Eduardo Felipe Tocantins, neste ato representado por Luiz Cesar Kimura.

Assina pela SEGPLAN: Joaquim Claudio Figueiredo Mesquita.

Assina pela CONTRATADA: Valdeir Pimenta de Paula e Gilberto Silva de Moura.

SECRETARIA DE GOVERNO

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2016

PROCESSO Nº: 20140005003776

CONCEDENTE: Secretaria de Estado de Governo – SEGOV.

CONVENIENTE: Município de Amaralina- Goiás.

OBJETO: Alterar a cláusula sexta do Termo de Convênio nº 01/2016, de modo que o valor total do Convênio perfar-se-á em R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), dos quais R\$ 100.000,00 (cem mil reais) serão repassados pela Concedente ao Conveniente, e este, como contrapartida, participará com R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme prazos estipulados no Plano de Trabalho Aditivo e demais documentos constantes dos autos e alterar a cláusula décima terceira do Convênio nº 01/2016, validando-se os atos materializados entre 10 de setembro de 2016 e a presente data, e prorrogar o prazo de sua vigência até 31 de dezembro de 2016.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.686/1993 e suas alterações; Lei Estadual nº 17.928/2012.

DATA DA ASSINATURA: 04 de novembro de 2016.

VIGÊNCIA: 31/12/2016.

Goiânia, 07 de novembro de 2016.

VALFRAN DE SOUSA RIBEIRO
Superintendente

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS- SECIMA

1. Processo n.º	201413951000333
2. Modalidade	ATA DE REGISTRO Nº 002/2014
3. Identificação do Termo	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2014.
4. Objeto	PRORROGAÇÃO DO PRAZO E REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL.
5. Partes	CPF-MF/ CNPJ-MF Nome/Razão Social Contratante: 00.638.357/0001-08 Contratada: 05.864.744/0001-78 Contratante: ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECIMA Contratada: QUALITILOC AUTOMÓVEIS LTDA
6. Vigência	Data Início: 07/11/2016 Data do Fim: 07/11/2017
7. Data da Assinatura	04/11/2016
8. Valor	R\$ 30.076,08
9. Dotação Orçamentária/ Fonte	2016.37.01.04.122.4001.4001.03/00.
10. Sujeição à Legislação Vigente	Lei Estadual nº 17.928/12 e Lei Federal nº 8.666/93.

VILMAR DA SILVA ROCHA
Secretário

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS-SECIMA

1. Processo n.º	201100017000671
2. Modalidade	INEXIGIBILIDADE
3. Identificação do Termo	SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2011.
4. Objeto	ACRÉSCIMO NO QUANTITATIVO DE VALES-TRANSPORTE E CONSEQUENTEMENTE DO VALOR DO CONTRATO Nº 11/2011.
5. Partes	CPF-MF/ CNPJ-MF Nome/Razão Social Contratante: 00.638.357/0001-08. Contratada: 33.638.032/0001-76 Contratante: ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECIMA Contratada: SETRANSP-SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DE GOIÂNIA
6. Vigência	Data Início: 04/11/2016 Data do Fim: 18/12/2016
7. Data da Assinatura	04/11/2016
8. Valor	R\$ 23.335,90
9. Dotação Orçamentária/ Fonte	2016.37.01.04.122.4001.4001.03/20.
10. Sujeição à Legislação Vigente	Lei Estadual nº 17.928/12 e Lei Federal nº 8.666/93.

VILMAR DA SILVA ROCHA
Secretário

SECRETARIA DA MULHER, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA IGUALDADE RACIAL, DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO

Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho

ERRATA – Pregão Eletrônico Nº 039/2016

A Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, através da pregoeira Kátia Maria Ribeiro, por meio da competência delegada pela Portaria nº 512/2016, publicada no D.O.E-GO nº 22.413 de 22/09/2016, torna público aos interessados, a ERRATA, referente ao Processo 201610319000244. No Anexo II – Minuta Contratual, onde LÊ-SE:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

I - A interpretação e aplicação dos termos desta aquisição serão regidas pelas leis brasileiras, tendo as Varas da Fazenda Pública do Estado de Goiás, de acordo com o estabelecido pelo art. 30 da Lei de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei 9.129/81), competência exclusiva sobre qualquer controvérsia resultante da mesma. (...)

LEIA-SE:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

I- A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços especificados neste contrato quando necessário, sendo obrigatória a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

E ACRESCENTE-SE:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

I - A interpretação e aplicação dos termos desta aquisição serão regidas pelas leis brasileiras, tendo as Varas da Fazenda Pública do Estado de Goiás, de acordo com o estabelecido pelo art. 30 da Lei de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei 9.129/81), competência exclusiva sobre qualquer controvérsia resultante da mesma.

II - Assim, por estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, todas de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas, que também assinam.

Ratificamos a data e horário de abertura do Pregão. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no edital.
Goiânia, 07 de novembro de 2016.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA GABINETE

Portaria nº 1526/2016/SSP

O Secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o Decreto 8.568 de 04 de março de 2016 e o Decreto nº 8.683, de 29 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial nº 22.356 de 01/07/2016 que